

“a emancipação dos trabalhadores será obra
dos próprios trabalhadores”

CADERNOS

Nº 7 • JUNHO 1974 • 4F

CIRCULO DE INICIATIVA POLITICA

SUMÁRIO

Documentos (Nota)	2
O 25 DE ABRIL E... ..	3
MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTUGAL	
- Têxteis/Lanifícios	10
- Metalúrgicos	11
MOVIMENTO ANTICOLONIALISTA NA EMIGRAÇÃO	
- Proposta para a criação duma comissão de luta	16
- Manifesto de desertores e refractários, Paris	17
- Declaração do Comité Anticolonialista Português	19
- Abaixo as falsas amnistias	20
- Regressamos a Portugal	21
- Manifesto de desertores e refractários, Londres	23
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EMIGRADOS	
- Genebra, Núcleo português	26
- Paris, Reunião de contacto	28
- Amsterdão, Os conflitos na ART	29
- Amsterdão, Criação e Boletim da ATPH	32
- Apelo da Frente dos Mov. dos Trab. Imigrados	34
- A candidatura do 'imigrado'	34
- Trab. imigrados interrogam candidato de esquerda	35
- 'Doze milhões de imigrados'	35
HISTÓRIA RECENTE	
- O 'Movimento', as Forças Armadas e a Nação	38
- Bispo de Nampula	40
TEXTOS	
- 'Contribuição para a crítica da ideologia ultra-esquer- da (leninismo e ultra-esquerda)'	43
CORRESPONDÊNCIA	63
AGENDA C.I.P.	65

- * OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
- * SERÃO PUBLICADOS NOS CADERNOS OS TEXTOS ASSINADOS QUE NOS SEJAM ENVIADOS COM PEDIDO DE PUBLICAÇÃO.
- * CORRESPONDÊNCIA: CADERNOS-C.I.P., BP 86 / 75623 PARIS CEDEX 13.
- * PAGAMENTOS: C.C.P. 30 714 13 LA SOURCE FRANÇA.
- * RONEOTÉ: 28 R. GEOFFROY ST. HILAIRE, PARIS 5.
- * TIRAGEM DESTES NÚMERO: 400 EXEMPLARES.

D O C U M E N T O S

COMO É NOSSO PRINCÍPIO, A PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS NOS CADERNOS NÃO SIGNIFICA NECESSARIAMENTE O NOSSO ACORDO COM O SEU CONTEÚDO NEM SEQUER QUE OS APONTEMOS COMO EXEMPLOS.

O CRITÉRIO UTILIZADO RESPEITA ANTES A PREOCUPAÇÃO DE DIVULGAR FACTOS OU PONTOS DE VISTA, DENTRE OS QUE CHEGAM AO NOSSO CONHECIMENTO, QUE SE NOS AFIGURAM SIGNIFICATIVOS E CUJO CONHECIMENTO, SÓ POR SI, NOS PARECE IMPORTANTE.

O 25 DE ABRIL E...

A PÁTRIA - O regime totalitário contribuiu para alimentar uma quantidade de equívocos e de mitos. A sua queda, apesar do curto período ainda decorrido, já fez com que um certo número deles desaparecessem.

Um dos maiores foi de certo o que está ligado com a emigração política. Porque, em virtude de conjugações de várias ordens, entre elas a decorrente da própria facilidade de emprego, ela seguiu a emigração económica para a Europa, verificou-se um fenómeno assaz expressivo, que se desdobra em diferentes facetas.

Primeiro, a existência duma vasta massa emigrada de natureza económica permitiu que os políticos pudessem continuar a exercer a sua função sem sofrerem qualquer rutura e, em particular, conservando o estatuto que haviam adquirido em Portugal.

Chegar-se ao exílio e ter aí um pedaço social do país de origem, era como que não sair das antigas fronteiras. E muitos, todos, durante uma primeira longa fase, não saímos do país, politicamente falando.

Ilusão baldada, porque só folcloricamente o país estava presente.

Depois, apagada a ilusão, descobrimo-nos (nem todos, claro, porque muitos outros continuaram no país folclórico) mitantes internacionalistas, profundamente internacionalizados: sem pátria, sem comunidade de exílio, mesmo sem ligação social com a sociedade de acolho e várias por excelência. E riscou-se a pátria do mapa.

Mas este risco não era mais do que uma aparência, quando muito uma simples vivência ideológica. Desenraizamento foi tomado como expressão máxima de internacionalização.

O 25 de Abril chegou e como por encanto todos nos redescobrimos portugueses e em Portugal: os que sempre aí viveram politicamente, mesmo que através duma ilusão, e os que de lá haviam saído, através duma outra ilusão.

O 25 de Abril veio mostrar que um certo internacionalismo da emigração política portuguesa - da qual que assim se julgava - era mais uma emoção, provocada pela estadia em país estrangeiro, pela progressiva perda de ligação política e social com o país de origem e pela resistência das massas emigradas portuguesas à mobilização - do que uma integração efectiva no processo de internacionalização.

O totalitarismo em Portugal, as suas diferentes e simultâneas consequências políticas e económicas, inseridas no movimento das migrações para o centro da Europa capitalista, fizeram-nos afinal julgar ser o que não eramos, exilados políticos, que não emigrantes: a uns, dirigentes no exílio dirigindo Por

tugal (aquele que só folcloricamente fora de fronteiras ainda o parecia ser e, para alguns, até mesmo aquele que tinha ficado dentro delas); a outros, militantes sem mais nada, a quem o processo de internacionalização teria despedido as últimas roupagens nacionais, e que no fim de contas não eram senão portugueses à espera de poderem regressar.

Os que regressaram (e os que regressarão) por certo já não encontrarão a "pátria" política que deixaram e o lugar que aí tinham e que ansiosamente partiram a procurar. Alguns já nem terão lugar nenhum. E se o quiserem, terão de o criar do começo. Será uma segunda emigração, a do retorno.

A verdade é que a pátria estava para todos nós - os que sempre se julgaram nela, politicamente e até em permanente tentativa organizacional, e os que se pensaram dela desembraçados - mais presente, como aceitação ou rejeição, no plano das nossas mentes e das construções ideológicas, do que nas próprias mutações da realidade política e social entretanto operadas.

A GUERRA COLONIAL

- A guerra colonial esteve demasiado ligada ao regime corporativo. Demasiado intimamente e demasiado longamente. Ao ponto de se tornar difícil distinguir entre dominação e guerra coloniais, por um lado, e totalitarismo e burguesia, por outro.

Se o regime corporativo ainda não tivesse caído, sem dúvida não teríamos ainda hoje o que é já uma realidade assaz reconhecível: como os mais democratas dos democratas são capazes de conduzir uma guerra colonial, nem que seja para a parar (tanto neo-colonialmente quanto estiver nas suas possibilidades, bem entendido).

Meio-século de Estado corporativo teve o condão de transformar ou, antes, de fazer parecer anticolonialistas muitos que não passavam e não passam de simples e muito bem intencionados, humana e patrioticamente falando, neo-colonialistas.

(Aliás, tal como o mesmo regime já fizera parecer comunistas muitos que não são no fundo mais do que, embora abnegados social-democratas. Na maioria, maus, diga-se. Que isso também depende do estilo de cada qual, das condições de actualização e da experiência - que ainda não teve tempo de se desenvolver e aperfeiçoar.)

Por isso, após o 25 de Abril, um dos pontos de clivagem política tem sido o problema colonial e da guerra, face ao qual, dum lado, se têm alinhado todas as correntes que apoiaram o novo poder, e, do outro, as minorias revolucionárias que o contestam.

Pensamos, aliás, que a luta vigorosa contra toda a forma de colaboração na continuação da dominação colonial e da guerra é no presente um ponto primordial de actualização política imediata e de divisão de campos.

A OPOSIÇÃO TRADICIONAL

- Contrariamente a tudo o que ela previu, durante meio-século, não conquistou o poder, nem pelas petições, nem pelo putsch, nem pelo levantamento nacional. E, quando menos o esperava,

puseram-na no poder, sem poder.

Com a morte política de Salazar, ela revelou toda a sua impotência como força interventora. A "aliança revolucionária" não estava disposta a revolução alguma.

Com o aparecimento e implantação no tablado político português da ala liberal neo-capitalista e tecnocrática, ficou sem existência política própria. Aquela formulou um caderno reivindicativo e um projecto social e político que absorveu e até ultrapassou tudo o que ela tinha cogitado ao longo de décadas. Se antes existia, embora impotente, agora deixou de ter mesmo qualquer utilidade como projecção do futuro.

Com o 25 de Abril, desapareceu, enquanto tal: foi posta no poder, sem deter poder algum. Quer dizer, assumiu as funções de simples agente do aparelho repressivo; ideológico, político e até estatal.

Segundo a especificidade de cada um dos seus sectores, assim as missões que lhe foram atribuídas, onde se destacam o PCP e o PSP.

O primeiro encarregado de dominar a insatisfação e impaciência operária, tendo em conta a sua larga e antiga implantação no respectivo meio.

O segundo, em virtude das suas relações e receptividade internacionais, recebeu a incumbência de continuar a guerra e de obter a melhor solução neo-colonial que a relação de forças e os meios mobilizáveis permitam.

Missões notáveis, pois: conter a classe operária em Portugal e sustar o ímpeto da guerra revolucionária nas colónias.

Justifica-se a aceitação destas missões com a ideia de que não o fazer seria aventureirismo. O que é um logro. Porque o aventureirismo é um cretinismo político de natureza voluntarista; enquanto que uma atitude de oposição não tem por força que ser uma atitude aventureira.

Mesmo aqueles, para quem no fundo o processo eleitoral é a grande via e a grande esperança de todas as transformações sociais e políticas, não estavam irremediavelmente obrigados a escolher entre a participação (no governo de Spínola) e o aventureirismo. Porque há várias formas de estar na oposição, entre elas, a colaborante. E há vários exemplos neste mesmo 25 de Abril e após.

De qualquer modo, e mais uma vez, o próprio movimento real contribuiu mais para o sancionamento ideológico e clarificação duma série de equívocos, que todos os debates políticos juntos.

A oposição tradicional e especialmente os seus dois elementos principais - PCP e PSP - estão hoje nos seus devidos lugares: em simples cumprimento de comissão de serviço, dito nacional.

A CRÍTICA DA PRÁTICA - Há os que tomam o desmantelamento do Estado corporativo pelo desmantelamento do Estado burguês, e o movimento do 25 de Abril como o início dum processo ininterrupto em direcção à revolução proletária.

Trata-se duma tentativa de cópia - que só tem existência numa imaginação demasiado livre - da revolução de 1917 na Rússia, quanto às suas condições e processo, e dum equívoco flagrante: o de que a burguesia, em nenhum sítio, não tem hoje e já há muito tempo qualquer possibilidade de dirigir um processo revolucionário ou até de simples transformação política num sentido democrático. É a teoria de que hoje capitalismo é sinónimo de fascização do Estado e democracia, começo ou primeira fase transitória para a revolução proletária, segundo uns (os não eleitoralistas) ou simplesmente para a instauração do socialismo, segundo outros (os champan-santes da via parlamentar).

E há os que, constatando tratar-se duma transformação política burguesa, por esse facto negam tudo o que ela tem de transformação mesmo, seja no plano político, seja no plano social e económico, e esforçam-se por apresentar ao proletariado como um drama para ele mesmo, em nome de certa libertação histórica, o que o proletariado, por muitas voltas que dê à cabeça, não consegue senão considerar como um bem.

Uns e outros - e não estão aqui todos os exemplos - baseiam as suas proposições e acções políticas nem mais nem menos do que numa hipótese que não se verifica: a de que a burguesia é inerte e estúpida, a de que perdeu toda a capacidade de iniciativa e de que não sabe senão facilitar a tarefa dos revolucionários que desejam destruí-la.

É assim que se chega a este resultado absurdo de nem sequer conseguirmos transformar os sectores mais radicais do proletariado e doutras camadas sociais num movimento político.

Sendo este fracasso, esta total incapacidade de nos transformarmos numa força política efectiva, prova, não da inexistência duma receptividade em certos sectores a colocarem-se em posições revolucionárias e de afrontamento, pelo menos político, de classes, mas sim da carência dum projecto revolucionário capaz de se inscrever na vida real, na dinâmica da sociedade onde actua.

PROPOSTA PARA UMA PRÁTICA CRÍTICA - Somos de opinião que se deve dar prioridade, francamente, a uma acção de discussão e agitação políticas, de forma a contribuir para a clarificação do processo em curso em Portugal (e no mundo) e a superação da idiotice de apresentar ou como um trágico adiamento ou como uma épica antecâmara da revolução proletária, o que não é nem adiamento nem antecâmara.

Idiotice trágico-optimista que decorre da convicção, já mil vezes negada pela história, de que quanto maior é o atraso social e político duma sociedade, mais pequeno é o caminho que a separa do socialismo, e de que quanto menor é a sua ligação ao centro mundial capitalista, maior é a possibilidade de de aí construir a sociedade sem classes.

Esta... actuação crítica, ou se se quiser, prática teórica,

parece-nos ser, pois, a prioridade para aqueles que se propõem contribuir para a autonomização política do proletariado, do projecto comunista e da revolução proletária.

AS LUTAS - Ao mesmo tempo, impõe-se a participação nas lutas, de toda a ordem, as que visam a melhoria económica e social do proletariado e as que conduzam ao avanço da democratização, sob todas as suas formas e em todos os terrenos, do aparelho estatal e da sociedade.

A proposição política que preconizamos nem tem sentido desligada do movimento real (das reivindicações económicas e políticas imediatas do proletariado) nem a ilusão de que substituindo-a ao movimento real, ou seja, reduzindo-a ao simples discurso ideológico ou ao acto exemplar, a fará avançar.

OS CADERNOS- Não é apenas de agora que uma questão importante tem sido de
E O batida entre nós e que respeita aos Cadernos e ao Círculo: a
CIRCULO da sua existência.

Para nós, um instrumento de trabalho, seja uma publicação seja uma ligação orgânica, não deve jamais ser transformado num fétiche. Ele deve existir enquanto tiver uma utilidade, em função dum certo projecto ou objectivo e da situação em que se encontram os seus elementos constituintes.

Por isso, está para nós fora de dúvidas que os Cadernos, assim como o Círculo, não têm necessariamente que existir para sempre, na sua forma actual ou sob qualquer outra forma. A partir do momento em que nos apercebermos da sua inutilidade, quer do ponto de vista do nosso projecto político, quer do da nossa situação pessoal, não seremos nós quem gastará um esforço mais na sua manutenção.

Vem a propósito abordar uma outra questão que para nós nem sempre esteve clara: Os Cadernos, revista teórica, da teoria que fossemos fazendo, ou órgão difusor da nossa ideologia feita, da que ia sendo feita e posta em estado de utilização de "massas" (ou de "élites")?

Ora, os Cadernos nunca foram pensados como gabinete de investigação ou elaboração teórica, daquilo que se convencionou chamar teoria (sem, como é óbvio, a excluir), nem como centro propagador de ideologia pronta a servir. Eles foram imaginados antes como ponto de encontro no desencontro, de ideias, de experiências, de factos, de práticas, de pessoas ou de grupos, mesmo, independentemente de qualquer elo político com o nosso Círculo e mais ainda de qualquer elo orgânico ou sequer pessoal.

Acresce ainda que nós rejeitamos deliberadamente uma certa concepção - que, à parte outras maternidades, nos parece bem filha do leninismo - segundo a qual a teoria do movimento comunista e do proletariado se reduziria àquela fabricada pelos teóricos e fornecida, pronta a servir, à massa.

Sem querer negar o valor àquilo que o tem e muito menos justificar limitações evidentes (as do Círculo), a verdade é que se trata de facto duma diferente maneira de conceber uma

diligência teórica e política, ligada, aliás, a uma diferente maneira de encarar o processo de desenvolvimento do movimento comunista-proletário.

Assim, e por enquanto, não obstante o 25 de Abril, os Cadernos continuarão a aparecer e o Círculo a existir.

Mas também é verdade que probabilidades há de que em virtude do 25 de Abril, das suas consequências e alterações ou na vida pessoal de cada um ou no estado de espírito político do meio onde vivem os Cadernos e o Círculo, razões surjam para que uns e outro deixem de se justificar.

Se assim acontecer, quanto mais depressa se verificar esse processo, tanto mais depressa nós desapareceremos.

E não seremos nós a lastimá-lo.

CADERNOS-CIRCULO DE INICIATIVA POLITICA

MOVIMENTO
OPERARIO
EM PORTUGAL

TÊXTEIS-LANIFÍCIOS

APOIEMOS A JUSTA LUTA DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS-LANIFÍCIOS

DEFORMAÇÃO DE UMA LUTA JUSTA

Alguns órgãos de informação têm nos últimos dias deformado o significado, amplitude e objectivos da luta que os trabalhadores da indústria de lanifícios estão a travar em todo o país no sentido de diminuir o grau (e levadíssimo) de exploração a que têm estado sujeitos. Assim, e para além de se fazerem nalguns casos alusões de que a iniciativa dos trabalhadores não seria de louvar no momento que o país agora atravessa, escamoteia-se completamente a elevada unidade, firmeza e consciência que estes têm demonstrado e procura-se insinuar que alguns "agitadores" estariam por detrás da ampla movimentação a que se assiste. Parece pois importante clarificar a situação, para que a imprensa portuguesa, durante tantos anos impedida de informar e comentar, possa agora, livre da censura, ser um veículo de difusão e análise de situações reais e não de verdades imaginárias.

A LUTA DOS LANIFÍCIOS COMEÇOU MUITO ANTES DO 25 DE ABRIL

A luta dos trabalhadores dos lanifícios por melhores condições de vida e de trabalho é uma luta já com tradições e que no campo sindical já se vem travando há quatro anos, altura em que os trabalhadores elegeram uma direcção dasua confiança.

Em 1 de Novembro de 1973 entrou em vigor uma nova tabela de salários mínimos para a indústria de lanifícios após um processo de contratação colectiva que desembocou numa arbitragem onde as justas reivindicações dos trabalhadores dos lanifícios, nomeadamente o salário mínimo de 3 000\$000 não foram satisfeitas. Dessa arbitragem saiu igualmente uma outra tabela que entraria em vigor em 1 de Novembro de 1974.

Assim, a luta a que agora se assiste no sector dos lanifícios é uma luta que vem na continuação de todo um conjunto de lutas e iniciou-se muito antes do 25 de Abril. Com efeito, a subida galopante do custo de vida verificada nos últimos meses rapidamente devorou os aumentos de salários que os trabalhadores dos lanifícios tinham conseguido impor, agravando ainda mais a sua miserável situação. Os trabalhadores dos lanifícios e os seus sindicatos viram-se, desse modo, na necessidade de levar por diante aquilo que já em Outubro de 1973 tinham deixado bem vincado numa circular da Federação dos Sindicatos do Pessoal da Industria de Lanifícios: PARA QUE A NOSSA PEQUENA VITORIA NÃO SE TRANSFORME NUMA DERROTA, A LUTA NÃO PODE PARAR.

A partir de fim de Fevereiro e ao longo de todo um conjunto de reuniões os trabalhadores foram formulando a sua reivindicação de aumento de salários e foram discutindo as formas de a conseguir impor. Tndo isto se passou antes de 25 de Abril. Também antes do 25 de Abril os trabalhadores dos lanifícios já tinham feito greves enfrentando duríssimas condições repressivas.

Foi portanto assim que surgiu a reivindicação actual do aumento imediato de 1 000\$00 para todos os trabalhadores e a forma de a levar por diante.

SALARIOS MISERAVEIS

Acrescentemos que os salários dos trabalhadores da indústria têxtil são salários de miséria, que os trabalhadores da indústria têxtil são dos mais explorados de todos os trabalhadores portugueses e que tem sido à custa dessa exploração que os industriais têxteis têm enchido os bolsos

de forma rápida e fácil.

Neste momento o salário mínimo ronda os 1 600\$00 nos têxteis e nos lanifícios os 2 400\$00 e os salários médios os 2 900\$00 e os 3 200\$00 respectivamente. Como se vê, salários de miséria.

A luta dos trabalhadores da indústria têxtil é portanto uma luta pela sobrevivência, uma luta que vem no seguimento de outras lutas já travadas uma luta que se centra em torno de uma reivindicação justa e que pode ser perfeitamente satisfeita pelo patronato.

EM GREVE LUTANDO PELA SOBREVIVÊNCIA

A mobilização e a elevada coesão dos trabalhadores têxteis na defesa dos seus interesses na luta contra a exploração a que são sujeitos, tem vindo a confirmar-se plenamente pela amplitude da movimentação em curso. Deste modo, os trabalhadores de dezenas de fábricas em Lisboa, Porto, Vila Franca, Castanheira de Pera, Coimbra, Mira d'Aire, Minde, Covilhã, Torresendo, Unhais da Serra, Cebolais, Arrentela, Portalegre, Seia e outras localidades, estão neste momento em greve.

Esta é a única forma que os trabalhadores têxteis têm de neste momento defender e usar as liberdades criadas a partir do 25 de Abril, pois neste momento os trabalhadores têxteis em conjunto avançam numa luta por eles controlada e que apenas pretende cimentar a sua unidade e dar um primeiro passo na luta por salários que não sejam salários de miséria, por salários que possibilitem aos trabalhadores começar a viver.

A POSIÇÃO PATRONAL

Apesar da justiça das reivindicações operárias, os industriais dos lanifícios e têxteis fizeram gorar todas as negociações e obrigaram os trabalhadores a recorrer à greve.

E agora tentam vencer os trabalhadores pela fome.

Para que os trabalhadores têxteis vençam esta luta é indispensável o apoio de todos os trabalhadores do país. É indispensável o apoio de todos os que estão ao lado dos trabalhadores na sua luta contra a exploração.

Será exigir muito reivindicar um salário mínimo de 3 400\$00 por mês?

APOIEMOS OS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS E DOS LANIFÍCIOS CONTRIBUINDO PARA UM FUNDO DE GREVE QUE LHE PERMITA LEVAR À VITÓRIA A SUA JUSTA LUTA!

Lisboa, 21 de Maio de 1974

Comissão de apoio à luta dos trabalhadores dos têxteis e lanifícios

METALÚRGICOS

A TODOS OS CAMARADAS METALÚRGICOS DO PAÍS

Opunhamos a nossa força e a nossa unidade à traição dos partidos de Álvaro Cunhal e Mário Soares, partidos que se dizem operários mas que traíram a classe operária e são lacaios da burguesia.

Os actuais ministros do Governo Provisório da Burguesia usam o mesmo paleio que usava o Silva Pinto.

Ameaçam com o caos económico. Mas não dizem que o povo sempre viveu nesses caos, e que é o povo, não os capitalistas, quem paga sempre as custas das "crises do capitalismo".

Ameaçam com o retorno dos fascistas, sem dizer que o fascismo é filho do capitalismo que eles agora defendem. Sem dizer que o fascismo só pode

ser definitivamente vencido se se destruírem até ao fim os aparelhos da repressão fascista, se o povo estiver mobilizado e vigilante, se o povo se organizar nas suas lutas. Ora, eles consentem que o Tomás e o Caetano vão para o Brasil, conservam a GNR, conservam a maior parte dos fascistas nos seus postos e desmobilizam o povo, só sabendo dizer que tenha calma e paciência.

Alerta contra os reformistas revisionistas!

Os metalúrgicos foram traídos pelos escroques que sendo doutores falam em nome do povo para conquistarem lugares de ministros da burguesia.

A Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, fiel laçao dos ministros Cunha e Soares, impingiu a todos os trabalhadores metalúrgicos um salário mínimo de 4 500\$00.

Alguns desses laçaios, como Sérgio Ribeiro e Maria Alice, apresentam agora as justificações que os Grêmios fascistas apresentavam antes de 25 de Abril. Dizem eles: os patrões não podem pagar 6 000\$00!

Nós perguntamos:

- E os trabalhadores podem viver com 4 500\$00?
- Se estes manteigueiros ganhassem apenas 4 500\$00 que diriam? Mas o certo é que eles para escreverem umas míseras páginas reaccionárias da proposta de alteração do famigerado C.C.T. dos Metalúrgicos apresentaram a módica despesa a todos os Sindicatos de 800 contos! Eles, como os seus patrões Champalimaud, etc., passeiam-se em bons carros.

O paleio deles antes do 25 de Abril, período em que andavam à procura do tacho era o seguinte:

- Abaixo a repressão!
- Por salários mínimos de 6 000\$00!
- Independência das colónias!
- Liberdade para o povo!
- Viva a democracia! etc., etc.

Depois do 25 de Abril veio o tacho e então eles dizem:

- Já foram conquistadas as liberdades democráticas!
- Os patrões não podem pagar 6 000\$00 (coitadinhos!)
- Autodeterminação e referendos para os povos das colónias!
- E continuam a dar vivas à sua democracia - a democracia burguesa!

Dizem que os capitalistas não podem pagar. Os trabalhadores dizem que não podem viver com salários de miséria.

As soluções são poucas: ou o Governo dá o salário mínimo de 6 000\$00, ou então baixa para metade as rendas das casas, o preço dos géneros alimentícios, do vestuário, dos transportes, etc. Estarão de acordo os senhores Ministros, ou isso vai reduzir os lucros dos seus novos patrões?

A verdade é que o capitalismo português declara-se incapaz de satisfazer as necessidades mais graves do povo. Se o capitalismo português está em crise a culpa não é dos trabalhadores que sempre receberam salários de fome. Que respondem por essa crise os Motos, os Champalimaud, os Britos, os banqueiros, os especuladores, os Tenreiros e colonialistas, os au

tores de uma guerra assassina, que ataca ao mesmo tempo os povos das colónias e os trabalhadores portugueses.

O povo compreendeu finalmente: se o capitalismo está em crise, como dizem os ministros e os banqueiros, se o capitalismo não lhes assegura sequer um salário digno, os trabalhadores tratarão de derrubar o actual regime capitalista e preparar o caminho para o socialismo, para uma sociedade dirigida e controlada pelos próprios trabalhadores.

O povo compreendeu finalmente a política do Governo Provisório da Burguesia: Eles decidiram que, se o capitalismo está em crise, o povo é que vai pagar as favas! Para salvar os lucros capitalistas, decidiram traír os interesses do povo.

COMPANHEIROS

Na Intersindical fazem-se ouvir as maiores injúrias e cretinices sobre a classe operária! Ela, a Intersindical é comandada por escroques que se dizem trabalhadores. Mas o seu trabalho é a "chulice" dos trabalhadores! Uns são mecânicos de esferográfica e outros vivem das suas habilidades.

Quando algumas direcções sindicais que ainda estão fiéis à defesa dos trabalhadores, como a Direcção dos Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal, tomam a posição firme de denunciarem esta manobra suja da Federação e da Intersindical, são alcunhados de extremistas, provocadores e às vezes de fascistas.

Mas não dizem estes senhores do P.C. e do P.S. que fascistas e provocação é aprovar salários de fome sem o consentimento dos trabalhadores e negar o direito à greve e à luta ameaçando com o retorno do fascismo.

A nós trabalhadores parece-nos que o fascismo ainda está de pé, só que agora é defendido por novos papagaios! Allende, no Chile, também aconselhava calma e moderação aos operários e todavia o fascismo durante esta calma carregou as espingardas com que depois assassinou o povo! É a uma situação destas que os traidores cunhalistas nos querem conduzir. Apoiemos as direcções dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal exigindo delas uma manifestação seguida de comício controlado pelos trabalhadores.

Todos para a rua manifestar o nosso repúdio pelo capitalismo burguês e pelo oportunismo reformista.

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

ABAIXO A TRAIÇÃO REFORMISTA REVISIONISTA

SALÁRIO MÍNIMO DE 6 000\$00

INDEPENDÊNCIA IMEDIATA PARA AS COLÓNIAS

Grupo de Apoio de trabalhadores
aos Sindicatos Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal

MOVIMENTO
ANTICOLONIALISTA
NA EMIGRAÇÃO

PROPOSTA

PARA A CRIAÇÃO DUMA COMISSÃO DE LUTA CONTRA A POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

No dia 24 de Março, um grupo de pessoas, tendo-se reunido, decidiu iniciar diligências com vista à criação duma comissão que realize um trabalho contra a política colonial portuguesa e de solidariedade com os movimentos e as guerras de libertação dos povos das colónias portuguesas.

Entre as sugestões concretas, viu-se uma campanha imediata de agitação tendo em vista a realização dum meeting tanto quanto possível de repercussão internacional.

Deseja-se que aquela comissão venha a ser constituída por todas as pessoas ou organizações que se sintam interessadas no mesmo objectivo.

A próxima reunião para o efeito desta iniciativa terá lugar

NO DIA 20 DE ABRIL, SÁBADO, AS 15 HORAS
NO Nº15, RUE SOUFFLOT-PARIS 5

Paris, 24.3.1974

Alexandre
Ayala
Cadernos-CIP
Da Silva
Helder Veiga Pires
Carlos da Silva
Jacinto Rodrigues
Jaime Bastos
Mário Barroso
Natércia Rodrigues
Zulmiro de Almeida

PORTUGUESES !

MOÇÃO APROVADA POR UMA ASSEMBLEIA DE PORTUGUESES, EM PARIS (dia 26 - 200 pessoas)

Nós, convencidos de exprimir os anseios de largas camadas da emigração portuguesa em França, reivindicamos:

- 1 - A concessão imediata e incondicional da independência aos povos das colónias portuguesas;
- 2 - A amnistia total e imediata de todos os prisioneiros, perseguidos e exilados políticos;
- 3 - A amnistia geral de todos os refractários e desertores do exército português;
- 4 - A instauração total e imediata das liberdades fundamentais, particularmente: de expressão, de reunião, de associação e de greve.

Reivindicamos junto de todos os governos e em particular o da França a cessação imediata de todo o apoio militar, diplomático, político e económico à continuação da dominação colonial portuguesa.

Apelamos para todos os partidários destas reivindicações que façam suas

estas palavras de ordem.

Dirigimo-nos em particular a todos os portugueses no sentido de se manifestarem publicamente e de se juntarem à manifestação que terá lugar em frente da embaixada de Portugal (3, rue Noisiel-Paris 16, Metro:Dauphine),

NO DIA 2 DE MAIO - CONCENTRAÇÃO AS 19 HORAS, PLACE DE LA HUETTE

Paris, 26 de Abril de 1974

UM GRUPO DE PORTUGUESES, TRABALHADORES EMIGRADOS, EXILADOS, REFRACTARIOS E DESERTORES DA GUERRA COLONIAL, REUNIDOS EM ASSEMBLEIA

NOTA: Esta manifestação teve lugar com aproximadamente 1000 pessoas.

MANIFESTO

DE DESERTORES E REFRACTARIOS DO EXERCITO PORTUGUÊS

Nós, desertores e refractários anti-colonialistas do exército português, perante a nova situação política em Portugal e em particular face às liberdades democráticas implantadas e à amnistia dos desertores e refractários, desde que se apresentem nas suas unidades dentro de 15 dias após a sua entrada em Portugal, decidimos constituir-nos num COMITÉ ANTICOLONIALISTA e afirmar o seguinte:

- O nosso acto de deserção ou insubmissão teve e tem um conteúdo profundamente anticolonialista: de recusa a colaborar na opressão e na guerra contra os povos das colónias portuguesas e de tomada de partido em favor da sua luta de libertação nacional.

- O nosso acto não depende, pois, da forma de governo em Portugal, mas da posição e política deste face ao princípio do direito dos povos das colónias à imediata e total independência. Apoiamos incondicionalmente a posição dos nacionalistas africanos ao afirmarem: "Pogámos em armas, não para sermos portugueses livres, mas sim para sermos africanos livres".

- Até este momento, o novo poder estabelecido em Portugal não aceitou e muito menos pôs em aplicação o princípio do direito à independência imediata e total dos povos das colónias. Pelo contrário, propõe uma solução neo-colonial e para sua realização mantém e admite mesmo a intensificação da guerra.

- Nestas circunstâncias, enquanto não for reconhecido pelos poderes constituídos o direito dos povos das colónias à independência total e sua efectivação, nós optamos pelo não regresso como atitude firme da nossa posição anti-colonialista.

- Por consequência, nós propomos que os militantes anticolonialistas, desertores, refractários ou outros, dêem expressão reforçada na presente conjuntura à sua opção:

- Mantendo a sua recusa a colaborar, sob qualquer forma, na opressão e na guerra coloniais;
- Realizando uma vigorosa campanha de agitação da questão colonial e de mobilização em favor do movimento de libertação nacional dos povos das colónias portuguesas, quer junto das massas emigradas, quer junto dos povos dos países onde se encontrem.

Reivindicamos:

- O reconhecimento e aplicação imediata e total do princípio do direito à independência dos povos das colónias portuguesas;
- O fim, nesta base, da guerra colonial;
- A cessação imediata de todo o apoio, directo ou indirecto, à política colonial portuguesa, quer sob a forma militar, quer sob a forma política, diplomática ou económica.

Apelamos para todos os partidários da libertação nacional e anticolonialistas a fim de que façam suas estas reivindicações e abram um vigoroso combate por elas.

O nosso Comité continuará a promover uma larga informação e discussão da situação política em Portugal e sua evolução, assim como do desenvolvimento da nossa campanha anticolonialista, a fim de, por um lado, obter o maior número de adesões à nossa posição e objectivos e, por outro lado, modificá-los, se assim o impuser a alteração da situação em Portugal e a evolução do nosso próprio movimento.

Paris, 11.5.1974

Adriano Rodrigues
 Álvaro Morna
 António Jacinto Rodrigues
 António Lameiras Figueiredo
 António Manuel Pinheiro Rodrigues
 António Nascimento
 Armindo Caldeiro
 Brás Ferreira
 Carlos Cadeiras
 Carlos Castilho Pais
 Fernando Almeida Ribeiro
 Fernando Marques
 Helder Antunes
 Helder Belo
 Jaime Bastos
 João C.B. Selada
 João Jardim
 João Quintela
 José Augusto Silva Marques
 José Coutim
 José Maria Ferreira da Silva
 José Preto
 Júlio Henriques
 Luís Matias
 Manuel Carvalho
 Manuel Pereira Faria
 Manuel Pires
 Manuel Soares Ramos
 Mário Duarte
 Mário Ribeiro
 Pedro Andrade
 Pedroso
 Rui Couto
 Rui Padinha
 Siedik da Silva Karim Ahmad
 Joaquim Fonseca
 Luís Niza Mendes

DECLARAÇÃO

DO COMITÉ ANTICOLONIALISTA PORTUGUÊS

Após a queda do regime totalitário em Portugal, duas têm sido fundamentalmente as posições face à guerra colonial e à ocupação das colónias.

Uma, a de aceitar fazer a guerra, directa ou indirectamente, como a melhor forma de a terminar.

Outra, a de continuar a recusá-la.

Entre os desertores e refractários que se encontram neste segundo caso, também duas posições se têm definido.

A dos que, após a queda do regime totalitário, têm reivindicado o seu retorno ao país ou a sua estadia aí à base da colocação dos seus problemas pessoais, de ordem moral, política e até profissional ou familiar (alargamento do prazo de livre entrada e saída do país sem ser chamado às fileiras do exército, prestação do serviço militar em actividades civis, económicas e sociais, objecção de consciência e objecção política).

E a dos que, como nós, desertores e refractários, reivindicam o direito de regressar ao país ou de nele permanecerem livremente à base da única posição coerente com a sua anterior opção anticolonialista: exigindo o fim imediato da guerra e da ocupação coloniais e a aplicação do direito à independência total e imediata dos povos das colónias.

Nós não pedimos um prazo de livre circulação num país ainda colonial e opressor de outros povos. Enquanto isso acontecer a nossa permanência não será nunca livre, ela só poderá ter lugar como um combate contra a colaboração na guerra e ocupação coloniais.

Nós não pedimos que nos dispensem do serviço militar: nós recusamos o exército que promove a guerra e a ocupação coloniais.

Nós não temos nenhuma objecção de consciência: a nossa consciência impõe-nos estar contra uma guerra injusta e do lado duma guerra justa, a dos nacionalistas africanos.

Nós exigimos a aplicação do direito à independência imediata e total dos povos das colónias. Nós exigimos o fim imediato da guerra e ocupação coloniais - e recusamo-nos a nelas colaborar, sob qualquer forma, de perto ou de longe, directa ou indirectamente, agindo com uma metralhadora ou uma caneta ou uma pá.

Nós estamos com os militares, soldados e oficiais, que exigem o seu regresso a Portugal e o fim imediato da guerra.

Nós estamos com todos aqueles que se recusam a participar na guerra e ocupação coloniais.

O caminho de todo o militar anticolonialista não pode ser outro senão o do combate imediato pelo fim da guerra e a independência dos povos das colónias, o de apelar os militares e o povo a manifestarem-se e a recusar a guerra.

Paris, 26.5.1974

Comité Anticolonialista

COMITÉ ANTICOLONIALISTA:

- Para todo o contacto, escrever para: A.Morna, 37, Pl. des Corolles, App.17, 92 Courbevoie / Telefone 333.53.84
- Permanência: 31, rue Général Beuret, Paris 15 (Metro: Vaugirard).
Todos os sábados, das 15 às 20 horas

ABAIXO AS FALSAS AMNISTIAS

ORGANIZADOS OBTEREMOS A VERDADEIRA AMNISTIA

Nos últimos dias toda a gente fala do Spínola e por vezes foram muitos os que esqueceram a sua verdadeira cara. Hoje é o próprio Spínola que começa a mostrar bem o que é e mais a sua junta. Antigo colaborador de Franco na repressão das brigadas internacionais, lutador contra o povo russo e ao lado dos nazis alemães em Stalingrado, acaba a combater na Guiné-Bissau, a destruir aldeias inteiras com napalm, a tentar a invasão de Conakry, é por fim a arranjar o assassinato do dirigente do PAIGC, Amílcar Cabral, com o general Costa Gomes e com o então chefe da Pide, Silva Pais. Como recompensa disto tudo, o Marcelo dá-lhe um posto de honra. Por fim chega mesmo ao poleiro e manda o Marcelo e o Tomás para a Madeira!

Uma vez no poleiro diz que vai resolver os problemas de Portugal. Mas já vimos quem é o Spínola, não é difícil ver também os problemas que ele quer resolver!

Os capitalistas portugueses estavam à rasca, porque o governo de Marcelo já não era suportado por ninguém, combinam as coisas com uns tantos generais, e entre os quais o Spínola, para fazerem um golpe de Estado e depois darem um ar de que iam mudar muita coisa para ver se acalmavam os ânimos. No final de contas, a Junta finge que faz muita coisa, mas tudo isto para tirar os burgueses dum sarilho. Não tenhamos ilusões, o Spínola não passa dum Marcelo com papas e bolos para ver se engana tolos!

É aliás, o que acontece com a amnistia para todos os desertores e refractários. Desde o golpe os consulados davam um passaporte de 5 anos aos jovens desertores e refractários. De há dois, três dias para, já não dá mais! Porquê? Porque o Spínola diz que amnistia todos os desertores e refractários que não estavam de acordo com o governo de Caetano deixando-os entrar em Portugal, mas... isso não quer dizer que amnistie os que não estejam de acordo com o seu governo e com a guerra! Por isso só dá passaporte de 3 meses, e só de ida, a estes jovens, para que ao chegarem ao país sejam apanhados pelas garras do exército para irem defender a junta do Spínola e mais a sua democracia nas colónias.

Ora, quem pensa o Spínola, a junta e os que a ajudam como o Soares e o Cunhal, que são os desertores e refractários que eles querem apanhar no país? Tolos? Não! São jovens que recusaram a guerra colonial porque estavam conscientes que ela é injusta. E é injusta porque só serve para matar os trabalhadores africanos para que os capitalistas portugueses e os seus amigos imperialistas americanos, franceses, etc... possam continuar a roubar as riquezas dos seus países. Ora, diz agora o Spínola que está fora de questão crer-se contra a guerra!

O que está fora de questão é ir para a guerra colonial para defender o tacho dos capitalistas tenham eles no governo o Marcelo ou o Spínola! O que nós queremos é o fim imediato da guerra colonial e a independência total para os povos das colónias, pois só assim estaremos certos de que poderão ver uma verdadeira amnistia e o povo poderá ver entrar os seus filhos no país, livres desta guerra assassina que já dura há 13 anos.

Sem as vitórias das nossas lutas, sem os 100.000 desertores e refractários, sem os avanços que a luta dos povos das colónias conseguiu, a tal ponto que a Guiné se declarou independente em 24 de Setembro de 1973 e foi já reconhecida por 30 países membros da ONU, jamais os capitalistas portugueses teriam feito o golpe e tentado mostrar-se mais doces. Se hoje a burguesia se viu obrigada a mandar o Marcelo para a Madeira, a dissolver a Pide, etc. não foi por remorsos do seu passado foi porque o povo português e os povos das colónias a puseram à rasca e a obrigaram a ceder um pouco pa

ra ver se nos calava e continuava a reinar.

Em Portugal e nas colónias o Povo português e os Povos das colónias mostraam-nos bem que não se deixaram levar na ratoeira e unidos como uma só avançaram mais decididos do que nunca para a luta. O povo português avança na luta fazendo greves, manifestações de rua, etc. lutando pela Revolução Popular, pela conquista da Paz, do Pão, da Terra e da Democracia Popular. Os povos africanos aceleraram a sua luta armada mais do que nunca pela Independência nos seus países.

Nós só temos uma solução! Unirmo-nos ao Povo Português e aos Povos das Colónias para arrancarmos aos burgueses uma verdadeira amnistia!

13 de Maio de 1974

" L U T A "

Comité de Apoio aos Desertores Portugueses em França

TODOS A MANIFESTAÇÃO NO METRO : "LA MUETTE", 2ª FEIRA, 18 HORAS !

PERMANÊNCIA DO COMITÉ DE APOIO AOS DESERTORES PORTUGUESES EM FRANÇA:

- 2ª, 4ª, 6ª feiras das 18 às 20 horas - rus Vaugirard, 114 bis, Paris 15
- Boite Postale 6505 - 75223 Cedex 05 PARIS

REGRESSAMOS A PORTUGAL

P A R A C O N T I N U A R O C O M B A T E

COMUNICADO Nº 1

12 DE MAIO 74

IMP. SPECIAL UICFDT

QUEM SOMOS NÓS

Não somos nenhuma organização política, comité ou partido. Somos sim um conjunto de anticolonialistas, desertores e refractários que decidiu regressar a Portugal não como arrependidos mas antes porque as novas condições nos permitem continuar o combate de acordo com o que abaixo dizemos.

EM QUE CONDIÇÕES REGRESSAMOS A PORTUGAL

Em 25 de Abril um movimento militar destituiu o governo fascista e colonialista de Marcelo Caetano.

As medidas até agora tomadas - libertação dos presos políticos, liberdade de expressão e organização, destruição do aparelho da Pide e outros organismos fascistas e de repressão, amnistia aos desertores e refractários - só podem ser consideradas por nós como positivas.

Estas medidas de democratização permitem, aos operários e outras classes trabalhadoras, retomar o fôlego retido durante anos e anos de repressão e utilizar as novas possibilidades abertas para continuar a luta pela sua emancipação.

Tudo isto é muito positivo e encorajador quando vemos o povo tomar em mãos na rua, nas empresas e em todos os lugares a tarefa de destruição e limpeza dos aparelhos fascistas.

Os últimos acontecimentos mostram a vontade férrea de não se perder as posições conquistadas e se deixar enganar. Recusando esquecer traições passadas e abafar a voz das reivindicações das massas trabalhadoras, a troco de pequenas regalias.

Ora para nós, anticolonialistas, desertores e refractários, a amnistia que a Junta concedeu não resolve o problema daqueles que tiveram de se ausentar de Portugal, porque não estavam de acordo com a guerra.

E porque, sendo contra a guerra, quando nos ausentámos de Portugal, con

tinuamos ainda a sê-lo. Por essa razão não podemos aceitar que, uma vez integrados no exército, sejamos enviados para as colónias para combater os que lutam pela sua independência, pela liberdade de escolherem os seus destinos e pela afirmação da sua cultura africana que faz deles um povo diferente do povo português.

O fim da guerra, o regresso dos soldados, a independência imediata e total das colónias são as primeiras reivindicações do povo português. De que nos servem as nossas liberdades se impedimos outros povos de as terem?

Fazemos nossas as palavras dos movimentos de libertação quando dizem: "Os povos africanos não pegaram em armas para serem portugueses livres, mas sim africanos livres". O nosso combate, portanto, continua.

Mas dizemos que o nosso combate continua não só no estrangeiro mas sobretudo em Portugal. Porquê?

Em primeiro lugar, ninguém tem dúvidas de que o inimigo do povo português deve ser combatido principalmente em Portugal, que é onde ele se encontra.

Mas se já antes era assim, agora o entusiasmo e a determinação das classes trabalhadoras, únicas forças em que podemos confiar, dão-nos a certeza de que podemos e devemos juntar-nos a esses que lutam em Portugal, para que a guerra acabe e sejam varridos duma vez para sempre o Fascismo e o Colonialismo.

NESTAS CONDIÇÕES REIVINDICAMOS IMEDIATAMENTE PARA OS DESERTORES E REFRAC-TÁRIOS:

- reinspecção médica segundo critérios médicos rigorosos;
- dispensa de todo o serviço militar para aquele que tem 28 anos ou mais;
- direito a exigir a espera necessária para resolver problemas (família, trabalho, etc.);
- direito a regressar ao estrangeiro para resolver problemas profissionais familiares e outros;
- colocação no quartel mais próximo do local de residência;
- isenção do serviço militar para os que tiverem a seu cargo o sustento da família.

**NEM MAIS UM EMBARQUE PARA AS COLÓNIAS
FIM IMEDIATO DA GUERRA COLONIAL
REGRESSO IMEDIATO DE TODOS OS SOLDADOS
GUINÉ, ANGOIA, MOÇAMBIQUE INDEPENDÊNCIA IMEDIATA
VIVA A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
REDUÇÃO DO SERVIÇO MILITAR PARA 18 MESES**

Conscientes das condições de todos os trabalhadores portugueses emigrados, vítimas de desprezo, maus tratos e recusos dos organismos portugueses acréditados no estrangeiro sob o regime fascista e considerando que a maioria deles ainda nem sequer tomou posição face ao novo regime português, para que o movimento de liquidação do Fascismo, iniciado a 25 de Abril em Portugal se prossiga no estrangeiro:

EXIGIMOS A IMEDIATA DESTITUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS DAS EMBAIXADAS, CONSULADOS E OUTROS ORGANISMOS FASCISTAS NO ESTRANGEIRO (NOMEADAMENTE IM PRENSA E RÁDIO).

EXIGIMOS a abertura de um inquérito sobre o procedimento do pessoal destes organismos.

EXIGIMOS que os organismos representativos de Portugal no estrangeiro estejam efectivamente ao serviço dos trabalhadores emigrados, que seja criado um serviço de acolhimento correcto e que sejam concedidos passaportes de 5 anos a todos os que o pedirem.

EXIGIMOS ainda a revogação dos acordos sobre a emigração passados entre o governo fascista e os governos estrangeiros.

EXIGIMOS, por último, a reforma total do sistema de ensino administrativo na emigração, sistema que até agora era a cópia fiel do ensino fascista em Portugal.

.....

Nós estamos decididos a partir de autocarro no dia 31 de Maio próximo. Para informações mais completas passa pela nossa Permanência no 74, rue du Château, Paris 14 eme (Metro Gaîté ou Montparnasse) ou telefona para o 306.55.12, da mesma direcção, todos os dias das 20 às 22 horas.

MANIFESTO

COMITÉ DOS DESERTORES E REFRACTARIOS PORTUGUESES EM INGLATERRA

Nós, desertores e refractários portugueses em Inglaterra, saudamos os povos das colónias pela heróica luta para a sua libertação e independência nacional que contribuiu de uma maneira decisiva para a queda do regime fascista em Portugal, e reivindicamos perante o Governo Provisório:

- O fim imediato da guerra colonial.
- O reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau.
- A independência imediata de todas as colónias.
- A aceitação do direito à objecção política ao serviço militar até à retirada completa das tropas portuguesas dos territórios ocupados.
- O direito à obtenção dum passaporte regular qualquer que seja a nossa situação militar.
- A continuação da depuração do quadro das Forças Armadas de todos os seus elementos comprometidos com o fascismo, até ao seu completo saneamento.
- A detenção e julgamento de todos os elementos das Forças Armadas implicados nos crimes fascistas e colonialistas.

Declaramos a nossa intenção de continuar a lutar por todos os meios contra todas as formas de exploração e opressão imperialista dos povos das colónias.

Londres, 19 de Maio de 1974

O Comité
dos Desertores e Refractários
Portugueses em Inglaterra

ENDEREÇO: Comité dos desertores e refractários portugueses em Inglaterra
c/o Liga do ensino e da cultura

18 Fleet Road - LONDON N.

MOVIMENTO
DOS TRABALHADO
RES EMIGRADOS

GENEBRA

BOLETIM DE LUTA DOS EMIGRANTES, nº 1 - Maio 1973
NÚCLEO PORTUGUÊS

PORQUE UM BOLETIM DOS EMIGRANTES?

1. Este boletim de luta dos emigrantes e os que se seguirão, são por nós considerados mais como um instrumento de discussão política entre nós do que uma simples folha de informação ou de agitação! O seu objectivo é de nos dar a possibilidade de acabar com o isolamento que os patrões nos impõem, de discutirmos todos juntos da nossa situação de emigrantes e da maneira de como nós poderemos organizar para lutar contra ela.

Face à imprensa burguesa, face aos "jornais para emigrantes" da burguesia sindical, face aos jornais fascistas feitos para os emigrantes, nós o pomos um boletim onde cada trabalhador, todos os trabalhadores, se poderão exprimir sobre as suas condições de vida e de trabalho, sobre as suas experiências de luta, etc. Ele é um instrumento nas mãos dos trabalhadores que através da crítica radical do contrato da emigração e da denúncia da miséria a que nos submete o capitalismo qualquer que seja o país em que estivermos, contribuirá a descobrir as armas com as quais o combateremos onde quer que ele esteja!

Para lá chegarmos, teremos de descobrir para além do nosso sofrimento quotidiano, para além da repressão do contramestre ou do polícia, para além do facto de nos forçarem a deixar a nossa família, a realidade da emigração e a maneira de como os patrões a utilizam para reforçar a sua dominação sobre toda a classe operária.

2. Qual será então o papel do boletim e de que perspectiva de organização ele será o instrumento?

Sabemos todos que na sua grande maioria a emigração em Genebra é composta por três nacionalidades e que esse facto não correspondem grandes diferenças de língua, de costumes, etc., correspondem sim diferentes níveis de experiência de luta nos países de origem e também aqui. Podemos dizer que de uma maneira geral, as forças políticas que intervêm na emigração o fazem numa perspectiva de volta ao país, de solidariedade exprimida em algumas manifestações pelas ruas de Genebra, de propaganda eleitoral e mais algumas inutilidades deste género. Outros querem lutar aqui, mas a maior parte das vezes fazendo-o com os sindicatos e numa perspectiva de organização por nacionalidades.

Nós somos um grupo de trabalhadores portugueses, mas o que nos distingue desses grupos é o facto de nos recusarmos a formular objectivos que nos são próprios enquanto portugueses, mas sim lutar por objectivos que sejam capazes de exprimir a revolta de todos os emigrantes face à miséria a que o capitalismo nos submete.

De que maneira poderá então o boletim ser um instrumento para a nossa luta? Dissemos já que a sua função essencial deveria ser a de generalizar a discussão política entre nós. Evidentemente ele será também um instrumento de informação, de popularização das lutas e de propaganda. Mas o que é mais importante é que ele deveria ser a base de que partimos para, através dessas discussões, pormos de pé uma rede de contactos militantes - ou seja, a organização prática da maneira de acabarmos com o isolamento nas baracas, nas obras e por nacionalidades, que nos é imposto se quisermos que as lutas de uns sejam imediatamente as lutas de todos os emigrantes.(...)

Contra os sindicatos, contra todos aqueles que nos manipulam para nos tornarem inofensivos face aos patrões, temos de ser capazes de impor, através da luta, uma organização autónoma dos emigrantes.

3. Porquê um grupo de trabalhadores portugueses?

Entre nós, emigrantes, há dois tipos de situações que nos aproximam ou que nos afastam uns dos outros: portugueses, aproximamo-nos pela língua, pelo conhecimento da nossa terra, por tudo aquilo que vivemos em comum no nosso país e aqui; aproximamo-nos porque foram os mesmos aqueles que nos espezinharam, porque os mesmos foram aqueles que lutaram. Afasta-nos o medo, a desconfiança, a insegurança e outras coisas que os burgueses inventam cada dia para nos dividir. Passamos a vida a tentar de nos safar individualmente e a realidade mostra-nos sempre que isso é impossível, cada vez mais impossível! O mesmo se passa com os trabalhadores de outras nacionalidades, o mesmo se passa nas nossas relações com eles.

Eles trabalham nos mesmos chantiers onde nós trabalhamos, moram nas mesmas barracas onde nós moramos. Nos países de onde vieram foram tão oprimidos como nós fomos no nosso, conheceram a mesma exploração. Quando estamos com eles, sabemos que aquilo que nos une entre portugueses será também o que nos unirá a eles, sabemos que a nossa luta autónoma será a luta de todos os emigrados.

Se somos um grupo de portugueses, se a isso corresponde a necessidade de nos unirmos, de conhecermos as lutas dos trabalhadores em Portugal, de compreendermos porque fomos expulsos do Alentejo, do Minho ou do Algarve, sabemos que a batalha só pode ser ganha por todos.

Organizemo-nos então como grupo de trabalhadores portugueses, mas façamos com que na luta os nossos objectivos sejam os objectivos de todos os emigrantes.

No grupo e na rede de contactos militantes que estamos a formar não é a nacionalidade o mais importante, mas a nossa capacidade de lutarmos de maneira autónoma.

A vitória da nossa revolta só se poderá medir pela radicalidade da nossa luta, pela nossa vontade de ofensiva contra os novos mercadores de escravos!

COMO PASSAR AO ATAQUE?

Passar ao ataque para nós, trabalhadores temporários, quer dizer lutar por objectivos autónomos. Lutar por objectivos autónomos é impor directamente; por intermédio da nossa organização autónoma, a apropriação da nossa vida: **MAIOR SALÁRIO - MENOS TRABALHO. (...)**

RECUSAR O SALÁRIO MÉDIO É EXIGIR EM CADA CHANTIER, EM CADA EMPRESA UM SALÁRIO GARANTIDO PARA TODOS, IGUAL AO SALÁRIO MAIS ALTO DE CADA CATEGORIA (prémios fixos incluídos).

Exigir um salário maior e menos trabalho é também **RECUSAR AS HORAS EXTRAORDINARIAS** que o patrão nos impõe exercendo uma chantagem com o trabalho, **EXIGINDO EM CADA CHANTIER, EM CADA EMPRESA, UM AUMENTO DE SALÁRIO IGUAL PARA TODOS.**

O alojamento gratuito, para nós trabalhadores temporários, é recuperar uma parte do salário que o patrão nos rouba pela renda. O alojamento gratuito, para nós trabalhadores temporários, é também a possibilidade de dispormos dos nossos alojamentos como entendermos, seja para discutirmos, para nos organizar ou para lutar. O alojamento gratuito é em primeiro lugar **RECUSAR QUE A RENDA SEJA DEDUZIDA DO SALÁRIO.** Isto quer dizer conquistar a liberdade de pagar ou não a renda da casa. (...)

Os patrões impõem-nos uma chantagem ao trabalho, sobretudo porque estamos separados das nossas famílias. **DEVEMOS IMPOR PELA FORÇA, PELA NOSSA**

ORGANIZAÇÃO que o estatuto de temporário seja abolido. DEVEMOS IMPOR DIREC-
TAMENTE que as nossas famílias saiam da clandestinidade aqui em Genebra. Pa-
ra isso, precisamos de um SALÁRIO GARANTIDO e de um ALOJAMENTO GRATUITO,
são as condições da nossa autonomia, da nossa vida. (...)

Para atingir os nossos objectivos autónomos devemos contar com as nos-
sas próprias forças, com todas as forças: devemos unir as forças de todos
os emigrados, de cada nacionalidade: portugueses, espanhóis, italianos. No
chantier, nos alojamentos, vivemos a mesma exploração, a mesma opressão.
Temos o mesmo inimigo. Temos os mesmos interesses de classe, de vida. (...)

Para atingir os nossos objectivos autónomos, temos de desencadear lu-
tas vitoriosas, lutas exemplares. (...)

O boletim de luta dos emigrados é o nosso instrumento para nos contac-
tarmos de chantier a chantier, de empresa a empresa, de barraca a barraca.

Para nos contactarmos e fortalecer os nossos objectivos de luta, as nos-
sas reivindicações.

Para desencadear a luta exemplar sobre o salário garantido e sobre o a-
lojamento gratuito.

Para popularizar a nossa revolta, a nossa resistência, as nossas lutas.

PARIS

REUNIÃO DE CONTACTO SOBRE A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA

. Após diversas reuniões, um colectivo em que estiveram presentes nove
pessoas, concluiu ser urgente tentar uma colaboração em torno dos proble-
mas da imigração portuguesa em França.

. Decidiu assim no passado domingo 10 do corrente prosseguir este es-
forço e promover nova reunião de contacto com o objectivo de decidir de
acções concretas de conjunto sobre os temas seguintes:

- . Problemas decorrentes, para a imigração, da presente crise eco-
nómico-social;
- . Apoio às lutas dos imigrados, quer no local de trabalho (salário
horário, condições), quer no espaço social (alojamento, etc.);
- . Questão dos papéis;
- . Racismo;
- . Escolaridade das crianças imigradas.

. Esta "ordem de trabalhos" não exclui nem outros problemas, enquanto
temas de acções concretas a empreender eventualmente, nem, evidentemente,
a associação de novas pessoas ou grupos interessados pelo presente esforço

. A próxima reunião terá lugar

SÁBADO 23 DE MARÇO AS 20 HORAS
no 156, r. Fbg. Poissonière, Paris 10.

. A reunião será tornada pública tão largamente quanto possível.

. Presentemente, este colectivo é constituído pelas seguintes pessoas
ou entidades: Augusto Ribeiro, Círculo de Iniciativa Política (representa
do nesta reunião por Júlio Henriques, Manuel Carvalho e Silva Marques),
José Hipólito dos Santos, M. Vilaverde Cabral, assim como por três outras
pessoas que preferiram não tornar públicos os seus nomes por razões pes-

soais.

12/5/1974

Correspondência eventual para:

ALTERNATIVE SOCIALE
156, rue Fbg. Poissonière
Paris 10

.....

REUNIÃO PERIÓDICA DE CONTACTO
SOBRE A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

. No seguimento de diligências feitas por diferentes pessoas, a nível individual ou colectivo (nomeadamente as que assinavam o anterior comunicado relativo a esta iniciativa), interessadas pela intervenção sobre os problemas da emigração portuguesa, foi constituída uma REUNIÃO PERIÓDICA DE CONTACTO no local abaixo indicado, com o fim de servir de terreno de encontro para a discussão e prática de iniciativas concretas.

. Este terreno de encontro, aberto a todas as pessoas interessadas, significa que as diferentes iniciativas propostas pelos participantes são levadas a cabo apenas pelas pessoas a quem tais iniciativas particulares interessem.

. A PROXIMA REUNIÃO TERÁ LUGAR NO SÁBADO, DIA 20, AS 20,30 HORAS.

. ENDEREÇO: Alternative Sociale
156, rue Fbg. Poissonière, Paris 10 (Metro: Barbès).

.....

NOTA - Esta iniciativa, em virtude do número muito restrito dos participantes verificado ao fim de duas reuniões, foi transformada pelos presentes num grupo de contacto e trabalho, aliás aberto a eventuais interessados.

HOLANDA

O PORQUÊ DOS CONFLITOS

NA ASSOCIAÇÃO RESISTÊNCIA E TRABALHO (Amsterdam)

NOTA - Da A.R.T. recebemos a carta que a seguir transcrevemos. Quanto à documentação nela referida, embora tivesse começado por ser nossa intenção transcrevê-la neste nº de Cadernos, acabamos por apenas o fazer quanto aos dois primeiros capítulos do RESUMO DA BROCHURA "O PORQUÊ DOS CONFLITOS NA A.R.T.". Isto principalmente pela necessidade material de não ultrapassarmos as 50 páginas, nesta edição dos Cadernos, e tendo em conta o facto de por um lado os documentos em questão já terem sido objecto de larga divulgação e, por outro lado, o aparecimento deste nº dos Cadernos se verificar já fora do prazo útil e portanto sem qualquer actualidade, que aliás uma publicação como a nossa não pretende nem pode manter. Assim, optámos pela transcrição da parte daquele documento que comporta assunto mais geral e por consequência de interesse permanente para a questão do movimento associativo na emigração.

CARTA DA ASSOCIAÇÃO RESISTÊNCIA E TRABALHO

Amsterdã, 15/3/1974

A redacção dos Cadernos C.I.P.

Não sabemos se estão ao corrente do que se tem passado na A.R.T. (Associação Resistência e Trabalho) de Amsterdã. Pelo menos supomos que terão lido no jornal "O Salto" (auto intitulado "o jornal dos Trabalhadores Portugueses Emigrados") de Janeiro de 1974 as acusações de fascista que se fazem à nossa Associação e a vários sócios (alguns deles trabalhadores emigrados que são assim denunciados à PIDE-DGS).

Ora, como supomos que muitos anti-fascistas poderão acreditar nestas graves acusações (que são feitas na tentativa de impedir que outras associações controladas pelo Salto se unam à A.R.T. no desmascaramento do oportunismo destes senhores) vimos por este meio solicitar à redacção dos cadernos C.I.P. o seguinte:

1) Que leia as publicações editadas por nós, após o conflito com o Salto, M.T.P.E. e "companhia", e que junto enviamos.

2) Que publique nos Cadernos o capítulo 3 (Os Jogos Florais) da brochura "O Porquê dos conflitos na Associação Resistência e Trabalho", tendo em conta que O Salto, M.T.P.E. e C.ia se propõem em Junho próximo organizar em Paris outra exploração (a todos os níveis) à moda da do ano passado.

3) Que publique nos Cadernos um pequeno resumo do resto da brochura "O porquê dos conflitos na Associação Resistência e Trabalho", - que permita aos vossos leitores situar a origem do conflito da A.R.T. com o Salto e C.ia. (NOTA: Caso estejam dispostos a publicar este resumo, mas por qualquer motivo não o possam elaborar, agradeceríamos que nos comunicassem para nós próprios o fazermos.)

4) Se encontrarem algo mais das nossas publicações que possam achar de interesse publicar nos Cadernos, podem fazê-lo; além disso acharíamos de interesse contrapor ao que publicarem da nossa parte, o "comunicado de imprensa sobre a RIA extraordinária de Putcaux - A Comissão Directiva Fascista não representa a A.R.T." que aparece no Salto de Janeiro de 1974, página 10. Cremos que deste modo muita gente se aperceberá melhor da táctica usada pelo Salto, MTPE e Companhia, para combater quem se lhes opõe ideologicamente.

A Comissão Directiva da A.R.T.

O Presidente,

a) Pedro Valente

RESUMO DA BROCHURA "O PORQUÊ DOS CONFLITOS NA A.R.T." (CAP. I e II)

CAPITULO I - INTRODUÇÃO - Um conflito na Associação Resistência e Trabalho, de Amsterdã (Holanda) rebentou após a realização dos Jogos Florais em Paris em Junho 1973. Neste conflito é de salientar a maneira como indivíduos ligados ao Salto e ao chamado M.T.PwE. (Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados), sob a capa de "Comissão por uma Associação Democrática e Popular" se lançavam em toda a espécie de calúnias e provocações através das brochuras "A democracia do Sr. F. Marques Reigado" e "Breves elementos para a história dum provocador" assim como a seguir a brochura do chamado M.T.PwE. "Contra a provocação" e artigos do Salto como "traição", etc. Perante a demagogia desses indivíduos, a Associação "Resistência e Trabalho" procura dar uma visão na sua brochura "O porquê dos conflitos na A.R.T.", da verdadeira origem do conflito trazendo à luz nos diversos capítulos os problemas que os ditos indivíduos não focaram.

CAPITULO II.- ANTES DOS JOGOS FLORAIS - Faz-se um breve história crítica da A.R.T. (Associação Resistência e Trabalho).

No projecto da fundação da A.R.T. havia um conflito entre duas tendências: uma defendia que a Associação deveria ser constituída exclusivamente por refugiados, outra defendia que deveria abarcar todos os portugueses em geral residentes na Holanda. Esta última corrente acabou por triunfar.

Foi depois constituída uma Comissão para redigir os estatutos de forma a dar à Associação dimensões democráticas. Sucederam-se depois as eleições onde de acordo com as duas tendências mencionadas apareceram duas listas, tendo ganhado a lista "Resistência e Trabalho" que deu assim o nome à Associação.

Por detrás da lista vencedora estavam indivíduos que se lançavam hoje na provocação. A sua origem burguesa e desconhecimento da realidade dos trabalhadores emigrados e a incapacidade de fazer uma análise dessa mesma realidade lançam estes indivíduos em posições intelectualistas e radicalóides. Mas o seu oportunismo revela-se ainda mais claramente quando ao verificarem que tal política não dava resultado enveredam para o outro extremo, ou seja, no obreirismo e populismo. A sua teoria e prática conduzem-nos a posições puramente metafísicas. Chega-se depois a uma posição mais correcta através da lista às novas eleições "Por uma associação popular". Os principais obreiros desta lista são hoje uns dos mais firmes colaboradores da Associação.

Esta lista partiu da concepção que, para se estabelecer uma linha correcta, era necessário fazer-se uma análise concreta da realidade dos portugueses existentes na Holanda.

Feita esta análise conclui-se por uma linha de unidade entre as diversas origens existentes aqui, definindo-se assim por uma unidade operário-camponesa-intelectual.

Nesta lista não foi possível fazer uma crítica à actuação dos actuais provocadores na Associação por estes a terem evitado duma maneira demagógica e por razões exteriores à Associação que não damos públicas para não cairmos na mesma faina denunciante dos provocadores.

Entretanto O Salto que controlava então a nossa Associação procurava boicotar por todos os meios a execução da referida linha.

O conflito agudizou-se mais com o presidente da referida direcção que, não tendo conseguido as condições necessárias para a crítica ao Salto, preferiu retirar-se. Hoje ele apoia integralmente as posições da Associação. E assim chega-se à última direcção antes do conflito. Esta copia o programa da direcção anterior mas sofisticadamente pois nunca o tentou pôr em prática. Accentua-se então a influência do Salto tomando esta direcção as mais cegas posições sectárias e dogmáticas.

Faz-se depois uma elucidação pormenorizada da actuação dos provocadores controlados pelo Salto antes dos Jogos Florais.

A primeira actuação negativa destes indivíduos foi a de afugentarem os refugiados intelectualizados da Associação. Atacavam os refugiados pequeno burgueses radicais ou reformistas. Mesmo que assim fosse, isso não devia estar em causa pois a Associação deveria permitir no seu seio as mais diversas correntes de opinião desde que fossem anti-fascistas.

Por outro lado, oriundos que eram da classe burguesa, os provocadores também começam a afugentar os trabalhadores não só mercê da sua linha incorrecta como pela maneira discriminatória como tratavam os trabalhadores acusando-os de broncos e estúpidos.

A. T. P. H.

BOLETIM DA "ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES NA HOLANDA": "UNIÃO, CULTURA E TRABALHO"(nº1, 1974)

INTRODUÇÃO

A Associação dos Trabalhadores Portugueses na Holanda foi criada no decorrer duma assembleia democrática de trabalhadores, realizada no passado dia 3 de Fevereiro.

Nessa Assembleia foram aprovados, depois de ampla e livre discussão, os estatutos e eleitos os seus órgãos dirigentes.

A Associação propõe-se ser um centro de convívio entre todos os portugueses emigrados, onde se vá ao encontro das necessidades culturais e sociais dos seus associados.

As posições da A.T.P.H. serão as posições expressas nas suas Assembleias Gerais e nos intervalos destas, pela sua Direcção, não sendo portanto o porta-voz de nenhum grupo de pessoas em particular, mas as suas actividades e posições serão sim o resultado da acção dos associados e da participação destes na vida associativa.

Como tal a Associação não se identifica com as posições de nenhum grupo político ou jornal, embora aceite a opinião, parecer e colaboração de todos os associados, seja qual for a sua ideologia.

O Boletim, de que iniciamos agora a publicação, será a voz da Associação junto dos trabalhadores na Holanda e, dentro deste espírito, está aberto à colaboração de todos os que através dele se queiram exprimir.

O ASSOCIATIVISMO

Durante os últimos 10 anos houve a pretensão de criar no estrangeiro um movimento político de emigrantes e refugiados, que se deveria opor à influência das associações criadas pelo fascismo.

Essas associações de trabalhadores tinham como papel servirem de recta guarda aos partidos políticos que se diziam lutar contra o fascismo português. Assim, vemos a partir de determinada altura, a proliferação de diversas associações de trabalhadores com programa antifascista. No entanto, os programas das diferentes associações variavam em relação à influência que os partidos políticos tinham dentro delas. Chegaram a verificar-se lutas entre diversas associações, simplesmente devido ao facto de serem controladas por diferentes organizações. Houve mesmo cisões entre associações devido a cisões dentro das organizações políticas.

Como se pode ver, as associações de trabalhadores não passavam de reles posteiros que escondiam a luta entre as organizações políticas e os seus chefes.

Dizendo-se defender os trabalhadores emigrados nas suas reivindicações sociais e culturais, o que se via era as associações servirem apenas de instrumentos de propaganda para essas organizações e a forma destas se abastecerem de dinheiro e ao mesmo tempo "contactarem com as massas".

Portanto, das belas palavras que se liam ou se ouviam, apenas ficou a demagogia da chamada luta antifascista.

O Momento Actual

Neste momento, devido à mudança política realizada em Portugal, pode-se ver a total separação que havia entre o que se passava no estrangeiro e o que aconteceu em Portugal. Do que ouvíamos nada se realizou. O fascismo acabou sem se fazer uso de armas, manifestações e outras formas de violência. Isto aconteceu porque o Capital português compreendeu que actualmente a democracia é a melhor forma de ditadura. (...) E, como não há empregos para todas as pessoas que emigraram (...), a emigração continua.

Portanto, a forma de pensamento que preconiza a luta "por um Portugal donde não precisemos de emigrar", estava completamente separada da realidade. As pessoas emigram, não porque há fascismo, mas porque há capitalismo. As pessoas vão trabalhar para os países e cidades onde se paga melhor. Existe emigração em todos os países (ou para dentro ou para fora dos países). Há emigração nos países "socialistas", porque lá também há regiões onde se ganha mais do que noutras. Há emigração nos países do Leste. Há emigração entre as diferentes regiões da China. Em todos os sítios onde há capital, há deslocação dos trabalhadores e as suas respectivas consequências. Portanto, dizer que acabando a forma política num país a emigração acaba, é uma perfeita ilusão. Os ingleses que emigraram para a América ou Austrália não voltaram para a Inglaterra. O mesmo aconteceu nos países "socialistas". Existem mais albaneses no estrangeiro do que na Albânia. Os vietnamitas e os chineses que emigraram nunca voltaram para o país de origem.

A Emigração Portuguesa e as suas Realizações políticas

Devido à repressão, o estrangeiro foi o local ideal para muitos políticos se tentarem realizar, utilizando como justificação o pretensso papel que a emigração desempenharia na queda do fascismo. Na realidade todos tentavam separar os emigrantes da sua nova realidade social. Não pretendiam que os trabalhadores emigrados lutassem contra o capital, mas sim pretendiam utilizá-los na "sua" luta contra o fascismo português. E isto aconteceu porque muita gente pensava vir a ser um dia líder político em Portugal. Os emigrantes não serviram senão como instrumento para uma parte dos candidatos a líderes se tornar conhecida. Assim se verificou como o movimento das associações dos trabalhadores portugueses emigrados não teve qualquer influência no que se passou em Portugal.

Falar ainda hoje do papel dos emigrantes na luta por um Portugal novo, amarelo, encarnado, desenvolvido ou com uma grande indústria, e da organização dos emigrantes para esses fins é não querer ver a realidade do proletário. O trabalhador português emigrado não pode lutar pela destruição do capitalismo em Portugal a não ser sob a forma do Internacionalismo. Ele lutará nos países onde trabalha juntamente com os trabalhadores de todo o mundo, sejam eles amarelos, pretos, brancos ou vermelhos, pela destruição da sua própria função, que é a de trabalhador vendendo a sua força de trabalho. O proletário não tem pátria. E muito menos existe uma "pátria socialista", como há quem o queira fazer crer. A "pátria socialista" será quando muito, o Mundo sem exploração.

As Associações dos Trabalhadores Emigrados

As associações, existindo, apenas deverão ser locais de convívio e, quando muito, centros onde os emigrados se possam ajudar mutuamente a resolver determinados problemas. Mas ir além disso não são senão sonhos. Papel político, de mobilização ou consciencialização, não passam de desejos dos ainda restantes líderes, ou a tal candidatos, que ficaram. A consciencialização faz-se na luta e não através de manuais ou conferências políticas.

APELO

DA FRENTE DOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES IMIGRADOS

Nós, trabalhadores imigrados, viemos para a rua no 12 de Maio:

- Porque para nós não há tréguas eleitorais;
- Enquanto trabalhadores, nós sofremos a mesma exploração e estamos decididos a não subordinar as nossas lutas aos prazos parlamentares.

Nós batemo-nos para obter:

- A liberdade de expressão e de associação;
- A igualdade dos direitos conquistados na luta do conjunto dos trabalhadores de França;
- Contra o mercado imperialista da escravatura moderna.

Trabalhadores franceses e imigrados, nós devemos unir contra o Opressor comum e vir para a rua para afirmar em conjunto que não há outra alternativa senão as nossas lutas para mudar fundamentalmente as nossas condições de trabalhadores.

Nós devemos fazer deste 12 de Maio o dia dos Trabalhadores em luta e quando se trata de trabalhadores não há fronteiras.

MESMO PATRÃO - MESMO COMBATE

UMA SÓ CLASSE OPERÁRIA

(Paris, 23.4.1974)

A CANDIDATURA DO «IMIGRADO»

"Nós não iremos às urnas, mas votaremos à nossa maneira..."

Djellali Kamal, dezoito anos, tunisino, resumiu assim as condições da sua candidatura às eleições presidenciais (França). Ele foi um dos trinta e sete grevistas da fome que, mais de quinze dias, em Paris, exigiram a anulação da circular Fontanet (aperto do controlo de entrada e estadia de trabalhadores estrangeiros).

Apoiada por seis organizações de diferentes nacionalidades de trabalhadores estrangeiros em França (1), a sua candidatura foi simbólica: "Nós não nos interessa a presidência da República - declarou - mas queremos mostrar a toda a gente que existimos como todos os outros trabalhadores".

"Os imigrados são mais de 3 milhões em França. Através de toda a Europa, somos um povo de 14 milhões de operários agrilhoados no Mercado Comum da escravatura. Não nos reconhecem senão a nossa força de trabalho, com o prémio por cima do direito a calarmo-nos, do direito ao silêncio. Silêncio à volta dos nossos irmãos assassinados pelos racistas ou pelas condições de trabalho, silêncio à volta da morte lenta nos pardieiros. Quando lutamos para nos afirmarmos como trabalhadores como quaisquer outros, intimidam-nos: expulsões, despedimentos, isolamento. Contra este abafamento, este ghetto onde nos mantêm, nós aproveitamo-nos desta ocasião (a campanha eleitoral) para tomar a palavra".

1) Movimento dos Trabalhadores Árabes, Associação "O Trabalhador Tunisino" Movimento dos Trabalhadores Mauricianos, União Geral dos Trabalhadores Se

negaleses em França, Associação dos Trabalhadores Originários de Madagascar e Comité de Defesa dos Direitos e da Vida dos Trabalhadores Imigrados.

TRABALHADORES IMIGRADOS

INTERROGAN O CANDIDATO DA ESQUERDA (FRANÇA)

Numa moção adoptada no dia 21 de Abril, em Marselha, no fim dum colóquio nacional que reuniu diferentes comités de solidariedade e de apoio aos trabalhadores imigrados, assim como grupos representativos dos movimentos de trabalhadores estrangeiros, várias questões foram postas "a François Mitterrand e às organizações que o apoiam".

Aí era perguntado particularmente ao candidato comum da esquerda "se ele estava disposto logo após a sua eleição a dar a carta de trabalho desde o momento do encontro de emprego, se ele se comprometia a anular a circular Fontanet e a fazer cessar imediatamente todas as ameaças de expulsão".

"Pois que você quer fazer uma carta das liberdades, pois que você se diz o porta-voz dum esquerda para quem todo o trabalhador é antes de tudo um trabalhador gozando de todos os direitos cívicos e políticos, compromete-se você a abolir todo o estatuto de trabalhador imigrado que divide a classe operária em França?" - prosseguia a moção.

E ainda: "Compromete-se você a reconhecer aos trabalhadores imigrados todos os direitos adquiridos pela classe operária em França (particularmente o direito de associação autónoma)? Compromete-se você a suprimir a escravatura do contrato de trabalho? Compromete-se você, pois, a dissolver o ONI (Serviço Nacional de Emigração) e o BUIHON (Secretariado das migrações respeitante aos departamentos ultramarinos)? A pôr fim a todas as medidas de controlo policial e a todas as colaborações com as polícias estrangeiras, nomeadamente no respeitante aos imigrados políticos? Compromete-se você a agir no mesmo sentido para os 14 milhões de trabalhadores imigrados reduzidos à escravatura no Mercado Comum?"

12 MILHÕES DE IMIGRADOS

FOLHA DE LUTA Nº 1

PORQUÊ ESTA FOLHA DE LUTA?

Nós não somos uma nova organização que virá propor os seus serviços à classe operária, tendo na cabeça a intenção de lhe impor um novo programa miraculoso.

Nós somos imigrados, operários que nos conhecemos na luta. E não cremos nas receitas já feitas. Nós aprendemos a lutar partindo da situação concreta dos imigrados e colocando antes de tudo as suas necessidades. Não só aquelas que eles têm em comum com toda a classe operária em França, mas também aquelas que lhes são próprias.

Nós fomos juntados pelos acasos da luta, porque nós sentíamos que os partidos, os sindicatos, os grupúsculos franceses, colocam a luta dos imigrados numa posição subordinada, constituindo um obstáculo para a nossa ca

pacidade de lutar e de vencer.

Nós somos 12 milhões de imigrados na Europa hoje. Arabes, Portugueses, Espanhóis, Italianos, Jugoslavos, Grecos, Turcos, Africanos, Antilhesos, Paquistaneses - nós ocupamos na produção capitalista os lugares mais duros, os mais mal pagos, mas também os mais importantes para os patrões.

TODA A RIQUEZA DA EUROPA REPOUSA NA NOSSA EXPLORAÇÃO. NÃO HÁ NADA QUE OS PATRÕES TENHAM MAIS DO QUE A NOSSA REVOLTA, DO QUE A ORGANIZAÇÃO DA NOSSA LUTA POR NÓS MESMOS.

Pouco a pouco, após anos e anos de exploração sem freio, os imigrados começaram a lutar por todo o lado; a tomar a iniciativa.

E que é que nos responderam?

- "Se não estás contente, volta para tua casa!"

Mas nós não queremos regressar aos nossos países para morrer de fome, nem deixar-nos explorar, oprimir, matar no trabalho, como bestas, no paraíso dos capitalistas.

Que é que nós queremos?

- O direito de viver bem, os direitos elementares do homem livre. A igualdade concreta com os operários franceses, em todas as dimensões da vida quotidiana: alojamento, seguros, previdência social, subsídios de desemprego, direito de mudar de trabalho, de patrão, salários decentes.

E NÓS QUEREMOS ISSO PARA TODOS NÓS, QUE NÃO APENAS PARA UMA MINORIA A QUEM CONCEDEM A INTEGRAÇÃO PARA NOS DIVIDIR.

A nossa luta aqui, no coração da produção capitalista, para a satisfação das nossas necessidades e a defesa dos nossos direitos, é também a melhor arma para combater a miséria nos nossos países.

Eis por que nos queremos dar meios de informação, de agitação e educação proletária autónomos. Esta folha de luta não é senão um começo, uma contribuição às iniciativas que se multiplicam de há dois ou três anos em França e na Europa para ajudar os imigrados a bater-se vitoriosamente.

Nós somos os mais explorados, os mais oprimidos na fábrica, na sociedade, nas 24 horas da nossa vida de operário.

EIS POR QUE NÓS QUEREMOS QUE ESTA FOLHA SEJA FEITA COM A PARTICIPAÇÃO DO MAIOR NÚMERO DE IMIGRADOS QUE LUTAM. SERÁ DESSA MANEIRA QUE ELA AJUDARÁ A INICIATIVA DOS IMIGRADOS A TOMAR A CABEÇA DAS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA NA EUROPA.

(12 MILHÕES DE IMIGRADOS, nº1, Novembro de 1973)

HISTORIA
RECENTE

O «MOVIMENTO», AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO

DECLARAÇÃO APROVADA NUMA REUNIÃO DE MAIS DE 200 OFICIAIS DO C.P.
EM REPRESENTAÇÃO DE 900 OFICIAIS DO C.P.

Desde há meses a esta parte, como é do conhecimento geral, tem vindo a desenvolver-se no seio das F.A. um "movimento de oficiais", cujas origens foram há muito ultrapassadas e assume hoje características, intenções e finalidades que se entendeu oportuno clarificar e definir. O documento agora apresentado à atenção de todos os militares tem como objectivo essencial levá-los a refletir criticamente sobre os aspectos fundamentais dos problemas que as F.A. enfrentam - sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as F.A. da Nação. O movimento crítico que o País atravessa - e, em seguida, consolidará adesão dos que conscientemente chegaram à conclusão que uma prática coerente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente.

Todos sabemos e sentimos como no consenso generalizado as F.A. têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica para cuja orientação - com passagem pela necessária definição do interesse nacional - o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciencia de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior caudado que tivesse havido na preparação das organizações policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia da obediência sem discussão, por parte das F.A., aos objectivos por elas definidos. Daí o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais e às F.A. a missão de os executar sem pôr em causa a sua legitimidade. É o mito da "apoliticidade das F.A.", que transformou os militares, que deveriam ser os guardiões de uma Constituição legítima, em meros executores de uma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações "oportunas" da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem.

Se antes de 1961, as F.A. não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou não o eram de forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia, e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as F.A. descobriam não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez viam claro, o seu divórcio real da Nação. As F.A. são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como responsáveis máximos do desastre.

Estava inventado o "bode expiatório" e criadas as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas F.A. E daí em diante, o desprestígio das Instituições militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola, que entretanto tinha começado, não pôe inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. À medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os seus aspectos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique), e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável, à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das F.A., de atingir os objectivos que lho são impostos por um poder que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento dum processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia; incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexiguidade

de tal via, as F.A. aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como a grande responsável, não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o País, e que não é só crise política, como também económica, social e moral.

Alarga-se assim o fosso entre as F.A. e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos sentida), desprestígio esse que nenhuma medida conjuntural poderá atenuar. Não é com aumentos de vencimentos (o este documento demonstra que, apesar de tudo; a consciência dos militares não está à venda), nem com regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto e anunciado reequipamento das FA para a condução da guerra em moldes tecnicamente eficazes (o que, além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil), não é com medidas apressadas, destinadas a abafar vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das FA, que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu funda e dolorosa, na consciência da maioria dos militares. Nem serão nunca essas medidas que restituirão o prestígio já demasiado abalado das FA; porque o problema não se localiza ao nível da situação de um grupo socio-profissional: o prestígio das Instituições Militares só será alcançado quando as FA se identificarem com a Nação, quando entre as FA e o povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base de uma crise geral do regime, já incontornável pelo poder. Se está generalizada, tanto no seio das FA como na sociedade civil, a ideia de que não é possível obter-se uma vitória pelas armas, tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e que as FA não terão mais que segui-la para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades ao mesmo tempo que o poder terá criado as condições propícias a um inocente lavar de mãos.

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as F.A., uma vez mais, em bode expiatório de uma estratégia impossível: uma solução política que salvaguarde a honra e dignidade nacionais, bem como todos os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a governarem-se por si próprios - o que implica necessariamente formulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta solução tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e paz. Sabem no entanto os mesmos militares conscientes que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo, e se pretende apoiado pela Nação. Contestamos, pois, o exclusivo e o apoio proclamados.

E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do país, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do povo. Por outras palavras: sem democratização do país não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, da obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das Instituições no quadro de uma democracia política.

Neste contexto, consideramos indispensável e urgente que:

- SEJAM DEFINIDOS E CLARIFICADOS OS OBJECTIVOS NACIONAIS E ESTES ACEITES PELA NAÇÃO.
- SEJA A NAÇÃO CLARAMENTE ELUCIDADA SOBRE A PARCELA DESSES OBJECTIVOS CUJA PROSECUÇÃO CABE ÀS FORÇAS ARMADAS.
- SEJA PROMOVIDA E GARANTIDA A PERMANENCIA DA COMPATIBILIDADE DESSA PARCELA COM A CAPACIDADE DOS MEIOS.
- SEJA PROMOVIDA A REESTRUTURAÇÃO DAS F.A. VISANDO A QUALIFICAÇÃO DOS SEUS CHEFES BASEADA NO SEU VALOR MILITAR, O APROVEITAMENTO DOS MEIOS EM TERMOS DE EFICIENCIA E EFICÁCIA, O RESPEITO PELOS DIREITOS INDIVIDUAIS, E A JUSTIÇA.
- POSSAM AS FORÇAS ARMADAS SENTIR QUE É EFECTIVAMENTE PROPORCIONADA A SALVAGUARDA DA LEGITIMIDADE DO SEU PRESTÍGIO, INCLUINDO A SUA NÃO IDENTIFICAÇÃO COM OUTRAS ACTIVIDADES QUE NÃO PERTENCEM AO SEU MÜNUS ESPECÍFICO.

Só nestas condições poderão as F.A. ter um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo. Então, já não lhes será permitido duvidar, nem da legitimidade do poder, nem dos objectivos por este definidos e que tudo farão para cumprir.

Só nestas condições poderão as F.A. alcançar o prestígio que reivindicam, pois só então haverá garantias da necessária unidade entre o povo e as Instituições militares: na verdade, o Exército só será o "povo em armas" quando entre o exército e o povo não existirem quaisquer barreiras, quando o Exército for realmente a encarnação de uma vontade colectiva de defesa, de uma afirmação insofismável, feita pelo próprio povo, da segurança e independência Nacional.

BISPO DE NAMPULA

(EXTRACTO DA PARTE FINAL DO DOCUMENTO "UM IMPERATIVO DE CONSCIENCIA", ASSINADO PELO BISPO DE NAMPULA E POR TODOS OS COMBONIANOS DA DIOCESE DE NAMPULA: 34 PADRES, 19 IRMOS, 41 IRMÁS.)

Em consequência de tudo isto e para que a Igreja em Moçambique seja um sinal mais autêntico de salvação,

I - Pedimos à Jerarquia de Moçambique que:

- a) Declare que em Moçambique existe um povo com cultura e índole próprias e portanto com o direito de escolher um caminho e uma história próprias, em conformidade com o direito dos povos à autodeterminação.
- b) Sendo a acção pela justiça parte constitutiva da mensagem evangélica (cfr. Justiça no Mundo-Introdução; Chr.Dom.nº 12), a Igreja oriente a sua acção missionária de forma a que o povo tome consciência deste e doutros direitos.
- c) Sendo a guerra, além de outras causas, fruto de um processo histórico e de sistemas que explorem ou não admitem o direito dos povos à autodeterminação, reconheça que as reivindicações dos "Movimentos

de Libertação" conforme aos direitos dos homens e ao Evangelho são legítimas, e leve os responsáveis a resolver o conflito por meios justos e pacíficos, oferecendo-se se necessário como intermediária.

- d) Denuncie publicamente não só as situações particulares de opressão mas sobretudo os sistemas que as originam.
- e) Denuncie a Concordata e o Estatuto Missionário, enquanto deformam gravemente a missão da Igreja de ser luz dos povos, tornando-a cúmplice de um sistema que contribui para o genocídio cultural do povo de Moçambique, impedido de crescer como povo autónomo e livre (cfr. Estatuto Missionário, nº 2.66.68).
- f) Renuncie a colaborar no ensino do Estado, uma vez que tal ensino aliena este povo, e defenda o direito ao ensino livre.
- g) Renuncie aos subsídios e aos demais privilégios que a comprometem e a impedem de exercer livremente o seu múnus profético e a aparecer como sinal inequívoco de salvação.
- h) Promova a criação de órgãos de informação conforme ao direito à verdade e estimule a formação de uma verdadeira e sã opinião pública, também na Igreja, criando órgãos de diálogo a todos os níveis.
- i) Procure novos caminhos que garantam a formação de elites a nível eclesial (seminários, noviciados, centros catequéticos), social, económico e político (Ensino Médio; Universidades).
- j) Faça os devidos passos para que a Conferência Episcopal de Moçambique pertença de modo efectivo à Conferência Episcopal de África e Madagascar e a Igreja de Moçambique, possivelmente, dependa da Congregação para a Evangelização dos Povos.
- m) Actue junto das instâncias competentes no sentido de se reconhecer às Igrejas locais o direito de serem ouvidas comunitariamente na nomeação dos seus Bispos, à semelhança do que acontece nos territórios que dependem da Congregação para a Evangelização dos Povos.

II - Os Combonianos decidem com o seu Bispo:

- a) Orientar a Evangelização e a Catequese de modo a revelar o Mistério total de Cristo e procurar discernir os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, ajudando este povo a descobrir os planos de Deus a seu respeito (cfr. G.S. nº 4 e 11).
- b) Continuar a rever as estruturas das missões de modo que sirvam cada vez mais o povo e apareçam como um testemunho do amor de Deus do qual a Igreja deve ser sinal (cfr. A.G. nº 15).
- c) Renunciar aos subsídios concedidos pelo Governo ao pessoal missionário.
- d) Entregar, a partir do próximo ano lectivo, as escolas do ensino primário, dado que os actuais programas conduzem à alienação deste povo dos seus verdadeiros e autênticos valores, comprometendo-se, porém a continuar a trabalhar pela promoção do povo, pela formação profissional e desenvolvimento comunitário.

Esta reflexão e consequentes resoluções foram tomadas em conjunto por todos os missionários Combonianos da Diocese de Nampula, com o seu Bispo, e comunicadas à Conferência Episcopal de Moçambique por intermédio do seu Presidente.

Das mesmas será dado conhecimento à Secretaria de Estado do Vaticano, aos missionários e ao povo de Deus.

Nampula, 12 de Fevereiro de 1974

TEXTOS

CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA DA IDEOLOGIA ULTRA-ESQUERDA (LENINISMO E ULTRA-ESQUERDA)

JEAN BARROT

Este texto é o produto do trabalho dum grupo 'informal' de camaradas que passaram todos pela ultra-esquerda e que vieram a pôr em questão as concepções fundamentais desta corrente. Tinha sido redigido para a reunião organizada em Junho de 1969 pelo I.C.O. (o buletim Information et Correspondance Ouvrière reúne, desde 1958, um grupo de operários e de militantes ultra-esquerda). Esperáramos nessa altura provocar uma discussão de fundo com os militantes ultra-esquerda, 'Conselhistas', mas a ideologia ultra-esquerda que queríamos afrontar apareceu-nos em estado de decomposição avançada. Se, como se diz por vezes, a nossa época é a da morte de todas as ideologias, não parece que a ideologia ultra-esquerda tenha sido poupada. Não podemos agora senão acelerar um processo já largamente iniciado. O importante é tentar ir avante fazendo progredir o nosso trabalho teórico; aproveitámos por conseguinte para desenvolver longamente a parte do texto consagrada à dinâmica do capitalismo e à lei do valor. O problema da liquidação da ideologia ultra-esquerda está em vias de ser regularizado, não pelo nosso texto, mas pelo próprio movimento da sociedade — importa agora pôr os problemas da revolução.

'Não era somente nas respostas,
mas nas próprias questões que
havia uma mistificação.'

K. Marx (A Ideologia Alemã)

Não há nenhuma dúvida de que um dos objectivos essenciais da reunião organizada pelo I.C.O. será de 'coordenar' a actividade de diversos grupos ultra-esquerda existentes em França e no mundo. Mas de imediato uma questão se põe: que actividade? Não se pode coordenar senão trabalhos que vão no mesmo sentido, com o mesmo tipo de preocupações, o que não implica, bem entendido, um acordo teórico total, mas supõe, em todo o caso, uma discussão; e esta discussão tem que referir-se, ser feita, sobre os problemas de fundo. É por isso que propomos, para preparação desta reunião, uma contribuição teórica centrada sobre dois pontos essenciais e estreitamente ligados (e que na realidade são apenas um): o problema dito da 'organização' e o problema do conteúdo do socialismo. Em suma, o meio e o objectivo do movimento revolucionário. A corrente ul-

tra-esquerda (indicaremos brevemente o que isto significa para nós) pronunciou-se e definiu-se sobre estes dois pontos. Quereríamos aqui reflectir sobre as soluções que ela propõe.

Longe de nos afastar do trabalho concreto, a nossa diligência é, a nosso ver, a única forma de permitir uma 'coordenação' real do trabalho dos diferentes grupos ultra-esquerda presentes nas reuniões nacional e internacional. Todos os ultra-esquerda para quem a actividade revolucionária é realmente um problema prático, não podem senão pôr-se o problema teórico da orientação do seu trabalho.

É claro que a nossa crítica deverá ser, entre outras coisas, histórica: nós não queremos antes de mais nada opôr ideias a outras ideias, mas situar historicamente as concepções que examinamos. Isto é tanto mais justificado quanto as concepções em causa se definem por uma referência constante a um passado bem preciso e a teorias surgidas dum certo período da história do movimento operário.

I - A CORRENTE ULTRA-ESQUERDA

O que é na realidade a corrente ultra-esquerda? Ela é o produto e um dos aspectos do movimento revolucionário que se seguiu à 1ª guerra mundial e abalou a Europa capitalista, sem a destruir, de 1917 a 1921-23. As ideias ultra-esquerda têm as suas raízes nessa corrente dos anos 20 que exprimia ele próprio a luta de dezenas de milhares de operários revolucionários na Europa. Trata-se antes de mais dum movimento minoritário que se opunha à orientação geral do movimento revolucionário mundial. O próprio termo é significativo: há a direita (os sociais-patriotas Ebert, Longuet...), o centro (Kautsky, a maioria do P.C.F.), a esquerda (Lénine e a Internacional Comunista), e a ultra-esquerda. Que se define por conseguinte antes de mais como oposicionista: oposição no seio do K.P.D., no seio da I.C.. Este movimento minoritário afirma-se opondo-se à maioria da I.C., às teses que triunfam no movimento comunista internacional: quer dizer, ao leninismo. A corrente ultra-esquerda tem a sua força sobretudo no movimento revolucionário na Alemanha, na Holanda; os apoios que possui em França e na Grã-Bretanha são de pouco peso (1). (Pomos deliberadamente de lado a esquerda italiana, o 'bordiguismo', que não incluímos na ultra-esquerda e que examinaremos mais à frente. Tomamos por assim dizer como 'critério' da ultra-esquerda a oposição comunista de esquerda ao leninismo no seu conjunto, enquanto que teoria e prática).

Um estudo do movimento ultra-esquerda mostra-nos que este está longe de ser monolítico (ver a brochura do I.C.O. sobre o movimento dos conselhos na Alemanha). Por outro lado, as suas diferentes tendências evoluíram segundo os anos e as circunstâncias — p. ex., a 'Resposta a Lénine' de Gorter desenvolve uma concepção do partido que o essencial da corrente do 'socialismo dos conselhos' não adopta. Sobre os dois pontos fundamentais ('a organização' e o conteúdo do socialismo), não estudamos por conseguinte senão as ideias retidas pelo desenvolvimento ulterior desta corrente e portanto pelos grupos ultra-esquerda actuais, de que o I.C.O. oferece sem dúvida um dos melhores exemplos.

As experiências ultra-esquerda em matéria de organização são o produto ao mesmo tempo duma experiência prática (as lutas operárias na Alemanha, sobretudo) e duma crítica teórica (a crítica do leninismo). É sabido que, para Lénine, o movimento operário não pode ser revolucionário por si mesmo: é necessário um partido que lhe traga a 'consciência de classe', a 'consciência socialista'. O problema revolucionário central consiste em forjar uma 'd direcção' capaz de levar os operários à vitória. Esforçan-

do-se por teorizar a experiência das organizações de fábricas na Alemanha, os ultra-esquerda opuseram à teoria leninista a concepção segundo a qual a classe operária não tem qualquer necessidade de ser dirigida por um partido para ser revolucionária. A revolução seria a obra das massas organizadas em conselhos operários e não dum proletariado guiado e controlado por revolucionários profissionais. O K.A.P.D. (2), de que Gorter teoriza a actividade na sua 'Resposta a Lénine' (3), concebia ainda o seu papel como o duma vanguarda organizada fora das massas tendo como função esclarecê-las, e não de as dirigir como na teoria leninista. Mas esta concepção estava, ela também, superada por certos ultra-esquerda opostos à dualidade partido/organização de fábrica: os revolucionários não deviam procurar agrupar-se em organizações especiais distintas das massas. Esta tese conduziu à criação em 1920 da A.A.U.D.-E. (4), que criticava a A.A.U.D. por esta ser 'a organização de massas' do K.A.P.D. O comunismo dos conselhos, e em primeiro lugar o seu mais brilhante teórico, Pannekoeck (5), iria reter as ideias da A.A.U.D.-E.; é igualmente sobre esta concepção que se baseia o trabalho do I.C.O.: todo o agrupamento de revolucionários fora dos órgãos criados pelos próprios operários, e que tente dotar-se duma linha e de formular uma teoria coerente e global, só pode finalmente erigir-se em direcção dos operários. Os revolucionários fazem apenas, por conseguinte, circular informações, estabelecem contactos, mas não devem nunca, enquanto que grupo, elaborar uma teoria e uma orientação de conjunto.

O conteúdo do socialismo foi também ele concebido a partir da experiência proletária da época e da crítica do leninismo. Os ultra-esquerda viam na Alemanha e na Rússia o desenvolvimento prodigioso dos conselhos de fábricas, dos conselhos operários. Na Alemanha, os conselhos permaneceram sob o domínio político dos reformistas. Na Rússia, as tarefas que puderam preencher limitaram-se ao controle operário (1917 e princípios de 1918) e o movimento foi em seguida liquidado. Os bolcheviques, dizia Lénine, devem administrar a Rússia. A pouco e pouco formou-se um aparelho burocrático para gerir a economia russa. Os ultra-esquerda denunciaram esta caricatura do socialismo e avançaram o que, nesta matéria, deveria permanecer como a sua tese fundamental: o socialismo não é a gestão da sociedade por uma minoria de 'administradores' mas pelas massas operárias organizadas em conselhos. O socialismo é a gestão operária. Esta concepção manteve-se centro das ideias ultra-esquerda. Deste modo, a crítica do partido liga-se à crítica do 'socialismo' russo. Ao partido, instrumento de tomada do poder e de gestão da sociedade socialista, os ultra-esquerda substituíram os conselhos operários.

Sobre estes dois pontos, a corrente ultra-esquerda fundou-se assim nos anos 20 a partir duma crítica do leninismo. Podemos perguntar-nos se esta crítica não foi, como aquilo que criticava, o produto duma época; e se ela não tinha a marca dos limites desta época. A corrente ultra-esquerda terá analisado o leninismo profundamente? Ou não terá ela tomado o sentido oposto sem verdadeiramente ter atingido as raízes do leninismo?

II - O PROBLEMA DA 'ORGANIZAÇÃO'

O ponto de partida metodológico da teoria leninista do partido é uma distinção que se encontra em todos os grandes teóricos socialistas da época, e mesmo em Engels no fim da sua vida (6). Segundo esta distinção o 'movimento operário' e o 'socialismo' (quer dizer, as ideias, a doutrina, o marxismo, o socialismo científico, etc.: — pode-se apelidar isso de diversas maneiras) são duas coisas radicalmente diferentes e separadas. Há os operários e as suas lutas quotidianas; e há o socialismo, os revolucionários. É preciso, diz Lénine retomando Kautsky (7), 'introduzir' as

ideias revolucionárias no meio operário. Movimento operário e movimento revolucionário são separados um do outro. É preciso unificá-los, assegurar a direcção dos operários pelos revolucionários profissionais. Para isso os revolucionários agrupam-se separadamente e intervêm do exterior no movimento operário. A análise de Lênine, colocando os revolucionários fora do movimento operário, baseia-se numa constatação aparentemente evidente: os revolucionários parecem estar num mundo muito diferente daquele em que se desenrola a vida quotidiana dos operários. Ora Lênine apenas se baseia nesta aparência, sem ir ao fundo das coisas: o movimento revolucionário, a dinâmica que conduz ao comunismo, é produzido pela sociedade capitalista. Fora a partir daqui que Marx tinha elaborado a sua concepção do partido. O termo partido aparece com frequência na sua obra; mas é preciso distinguir-se entre os princípios que ele avança e as análises de conjuntura sobre a evolução do movimento operário da sua época. Não temos dúvidas que certas destas análises eram erradas (por ex., sobre os sindicatos). Por outro lado, não existe nenhum texto onde Marx afirme: eis o que penso sobre o partido, mas um grande número de notas dispersas por toda a sua obra. Os exegetas podem ficar satisfeitos. O que nos parece, todavia, é que ressalta claramente de todos estes textos um ponto de vista global.

A sociedade capitalista produz em si mesma um partido comunista, que não é mais do que a organização do movimento objectivo (quer dizer, independente da 'consciência' no sentido de Kautsky e de Lênine) que leva esta sociedade em direcção ao comunismo (veremos mais à frente o que é, e em todo o caso o que não é, o comunismo). Em período de paz social, o equilíbrio da sociedade mantém-se estável, os elementos do sistema apoiam-se e nenhuma ruptura é possível. Nestas condições, o movimento revolucionário fica reduzido a alguns aspectos limitados e até à primeira vista irrisórios: algumas lutas operárias que vão suficientemente longe para pôr em causa certos fundamentos da ordem estabelecida (p. ex., nos nossos dias, a contestação dos sindicatos); igualmente algumas revoltas brutais que, com frequência, não provêm dos operários mas de certas camadas do campesinato, ou até, hoje em dia, dos estudantes, se bem que estas revoltas não tenham mais do que o papel que a situação geral da sociedade lhes dá nesses momentos precisos; finalmente, a existência de pequenos grupos, e mesmo indivíduos isolados, a que se chama os 'revolucionários'. Estamos neste momento nesta situação. Porém, não há de um lado os 'operários', do outro os 'revolucionários'; ou antes, se os revolucionários parecem estar cortados do proletariado, é porque precisamente o 'proletariado' não se pode afirmar e erigir-se em classe dominante. Lênine vê o proletariado reformista e pergunta-se como poderá ele tornar-se revolucionário. A sua resposta é simples: o proletariado só fará a revolução se lhe fornecerem a consciência de classe. Lênine cava por conseguinte um tal fosso entre reforma e revolução, que os operários não o conseguem transpôr sôzinhos. A definição revolucionária do proletariado, tal como surge e se impõe a Marx, a meados do século XIX, depois de várias dezenas de anos de lutas operárias, é, pelo contrário, baseada na necessidade histórica. Quando a situação não permite destruir as relações de produção capitalistas, o proletariado é obrigado, é contraído, a vender a sua força de trabalho: pedindo aumentos de salário, ele tenta, mesmo então, quer o queira ou não, modificar as relações de distribuição. Quando surge uma situação revolucionária, o proletariado ataca as relações de produção. Ele não desaparece por conseguinte nunca da cena da História: a luta de classes reveste formas diferentes segundo o período, e obriga-o a ser reformista ou revolucionário. Eis porque o revolucionário se interessa antes de tudo, não ao que um ou outro proletário, ou mesmo todo o proletariado, se representa como objectivo, mas ao que o proletariado será historicamente obrigado a fazer. Trata-se de compreender um processo histórico e não de o congelar isolando um dos seus elementos (ver o que escrevemos mais à

frente sobre a dinâmica do capitalismo) (8).

Na realidade, todo movimento revolucionário corresponde à sociedade da qual saiu e à que vai instaurar: o movimento comunista, o partido segundo Marx, reflecte em particular a divisão trabalho manual/trabalho intelectual. Esta divisão, ele não a 'escolhe'; a base sobre a qual se desenvolve (o capitalismo), impõe-lhe-a. Em período de paz social, há operários isolados nas suas fábricas, que fazem o que podem no plano das lutas quotidianas, crítica do capitalismo e das instituições que o apoiam no meio operário (sindicatos, partidos 'operários' reformistas), conseguindo-o geralmente mal, o que é perfeitamente normal. E, por outro lado, há revolucionários (operários e não-operários) que lêem e escrevem, e fazem o que podem para difundir o seu trabalho teórico, conseguindo-o também geralmente mal, o que é igualmente normal. Lénine queria que os 'teóricos' dirigissem os 'operários'; o I.C.O. recusa-o energeticamente, concluindo que é preciso evitar qualquer trabalho teórico colectivo. O problema, porém, situa-se fora disto: revolucionários 'operários' e revolucionários 'teóricos' são apenas dois aspectos dum mesmo processo. Crendo ver aqui um profundo corte, Lénine tomava a aparência pela realidade. O I.C.O. não faz mais do que inverter o erro de Lénine, sem ver que esta pretensa separação não é mais do que uma ilusão, como, de resto, o mostra o advento dum período mais ou menos revolucionário. Que vimos nós em Maio-Junho de 1968? Um certo número de comunistas 'ultra-esquerda' que, antes e depois destes acontecimentos, consagravam e consagram o essencial da sua actividade revolucionária a uma crítica teórica da sociedade capitalista, trabalharam com uma minoria operária revolucionária. Eles não vieram ligar-se nem unir-se aos trabalhadores; anteriormente não se encontravam mais separados dos operários do que cada operário se encontra separado dos outros operários na situação de atomização da classe operária que caracteriza todo período não-revolucionário (como se tem com frequência demonstrado, os sindicatos não diminuem, mas, pelo contrário, reforçam, esta atomização). Marx não estava mais separado dos operários ao escrever 'O Capital' do que ao agir na Liga dos Comunistas e na Internacional: ao trabalhar no seio destes grupos ele não tinha nem a necessidade imperiosa (como Lénine), nem o receio (como o I.C.O.) de se constituir em direcção da classe operária.

A concepção marxista do partido como produto histórico da sociedade capitalista, revestindo diferentes formas segundo as fases que atravessa esta sociedade, permite superar o dilema necessidade do partido/receio do partido. O partido para Marx não é mais do que a organização espontânea (quer dizer, totalmente determinada pela evolução social) do movimento revolucionário saído do capitalismo. O partido surge espontaneamente do solo histórico da sociedade moderna. A vontade e o receio de 'criar' o partido são igualmente ilusórias. O partido não tem que ser criado nem que deixar de o ser: ele é puro produto histórico. O revolucionário, por conseguinte, não tem necessidade nem de construir o partido nem de recuar construí-lo. Veremos a seguir as consequências práticas deste ponto de vista. Examinemos para já um argumento frequentemente empregado pelos ultra-esquerda.

Nada, dizem eles, de se constituir em partido: vejamos o que aconteceu na Rússia após 1917. Ora, justamente, vejamos. A revolução de 1917 foi efectuada pelo partido segundo Marx; quanto ao partido que Lénine tinha querido construir desde o 'Que fazer?', ele teve em permanência um papel de freio entre Fevereiro e Outubro. Lénine mesmo foi revolucionário em 1917 porque rejeitou o 'Que fazer?' na sua prática. Posteriormente, a fraqueza do proletariado russo e a ausência de revolução na Europa contraíram a revolução russa a preencher exclusivamente as tarefas da revolução burguesa impossível. O partido bolchevique assegurou a direcção do país e a teoria leninista do partido-cortado-das-massas, 'vanguarda consciente', que possui o saber e... a consciência, serviu de poderoso

paravento ideológico à burguesia de Estado. Os ultra-esquerda tomaram esta ideologia pelo fundo do problema: não é preciso partido, dizem eles, porque senão cai-se no que se passou na Rússia. Na realidade, não foi o partido de Lénine que levou à derrota da revolução russa; foi a ausência de revolução mundial unicamente que pôde dar ao partido de Lénine o fôlego que este tinha perdido entre Fevereiro e Outubro. Porque é preciso distinguir o partido segundo Marx e o partido bolchevique. Crê-se que foi o partido bolchevique que fez a revolução de Outubro 1917. Não é verdade. O partido bolchevique, o partido que Lénine tinha tentado construir desde há mais de 15 anos, a 'direcção' das massas, a 'vanguarda', tinha sido ultrapassado, enquanto que tal, pelo ímpeto das massas organizadas (às quais se juntaram desde o início numerosos bolcheviques). Só a fraqueza da revolução lhe permitiu em seguida, quase imediatamente, de resto, depois de Outubro, ter todo o poder. Nessa altura, o aparelho centralizado do p.b. pôde dirigir as massas e organizar a vida da sociedade russa. Os ultra-esquerda não compreenderam esta distinção e acaba-se pela recusa pura e simples de toda e qualquer actividade coerente colectiva (I.C.O.), contentando-se em adoptar uma posição simétrica à de Lénine. Lénine tinha querido construir um partido; os ultra-esquerda recusavam-se a isso. Por ou contra a construção dum partido: a ultra-esquerda limitava-se a aplicar uma resposta diferente a uma mesma questão falsa. Para nós, não é suficiente inverter a óptica de Lénine, é preciso abandoná-la.

No plano da actividade, o I.C.O. adoptou igualmente uma posição exactamente simétrica à de Lénine. Os grupos leninistas modernos ('Lutte Ouvrière', por ex.) tentam a todo o preço organizar os operários. O I.C.O. contenta-se em fazer circular informações sem nunca tomar posição colectivamente sobre um problema. A seguinte análise do I.C.O. publicada no n° 11 da Internacional Situacionista parece-nos justa (o que não significa, bem entendido, que aceitemos o conjunto da teoria e da prática situacionistas): "Temos muitos pontos comuns com eles (os camaradas de I.C.O.) e uma oposição fundamental: nós somos pela necessidade de formular uma crítica teórica precisa da actual sociedade de exploração. Nós pensamos que uma tal formulação teórica não pode ser produzida senão por uma colectividade organizada; e, inversamente, pensamos que toda ligação permanente organizada actualmente entre os trabalhadores deve tender a descobrir uma base teórica geral da sua acção. O que o livro 'Miséria em meio estudantil' chamava a escolha da inexistência, feita pelo I.C.O. neste domínio, não significa que pensemos que os camaradas de I.C.O. tenham falta de ideias ou de conhecimentos teóricos, mas, pelo contrário, que pondo entre parênteses estas ideias, que são diversas, eles perdem mais do que ganham em capacidade de unificação (o que no fundo é da maior importância prática)." (p. 63).

Precisaremos melhor mais à frente as tarefas revolucionárias que empreendemos.

III - O CONTEÚDO DO SOCIALISMO

A revolução russa teve de cumprir a tarefa de desenvolver o capitalismo na Rússia. Gerir a economia o melhor possível tornou-se a palavra de ordem principal. A partir dos quadros do p. b. e de antigos 'especialistas' burgueses foram feitos esforços para formar um corpo de administradores eficazes. Os ultra-esquerda ficaram convictos de que esta gestão por uma minoria situada acima da classe operária não podia ser o socialismo: a gestão burocrática opuseram a gestão operária. Chegou-se assim a uma ideologia ultra-esquerda coerente, da qual os conselhos formavam o centro: instrumentos de luta, de tomada do poder e de administração da sociedade futura, os conselhos operários ocupam por ex. no livro de Pan-

nekoek 'Les conseils ouvriers', o lugar central reservado ao partido por Lénine. Na realidade, esta concepção obriga-nos a reflectir sobre o que é verdadeiramente a sociedade capitalista; porque antes de saber o que é o socialismo precisamos de saber a que é que ele se opõe. A teoria da gestão operária apresenta-nos antes de mais nada o capitalismo como um modo de gestão: o importante é que a economia é dirigida por uma minoria de capitalistas e não pelas massas operárias. Substituamos por conseguinte os patrões pelos operários (8 bis).

Mas é o capitalismo antes de mais nada um modo de gestão? A crítica revolucionária do capitalismo iniciada por Marx não põe em primeiro plano a questão de se saber quem gere o capital. Pelo contrário: Marx mostra-nos os capitalistas como simples função do capital; ele diz mesmo que o patrão não é mais do que o funcionário do capitalismo: "o capitalista não é mais do que o funcionamento do capital, e o operário o da força de trabalho." Os planificadores russos, bem longe de 'dirigirem' a economia, são pelo contrário dirigidos por ela, e todo o desenvolvimento da economia russa segue as leis objectivas da acumulação capitalista. Em resumo, o 'gestor' está ao serviço de relações de produção precisas e necessárias, constrangedoras. O capitalismo não é um MODO DE GESTÃO MAS UM MODO DE PRODUÇÃO BASEADO EM RELAÇÕES DE PRODUÇÃO. São estas relações que é necessário destruir se se quer abater o capitalismo. A análise revolucionária do capitalismo põe em primeiro plano o papel do capital, que os 'dirigentes' da economia não podem senão respeitar as leis objectivas, na U.R.S.S. como nos E.U.A..

IV - A LEI DO VALOR

O capitalismo é baseado na troca ('échange'): ele apresenta-se desde logo como uma 'imensa acumulação de mercadorias'. Mas, se é verdade que não poderia existir sem a troca, o capitalismo é diferente da simples produção de mercadorias: ele constitui-se mesmo lutando contra a produção mercantil simples. O capital baseia-se antes de mais numa troca muito particular, a troca entre trabalho vivo e trabalho morto. A originalidade de Marx relativamente aos economistas clássicos começou por consistir na sua produção do conceito de força de trabalho, que permite compreender o segredo da mais-valia, ao fazer a distinção entre trabalho necessário e sobre-trabalho.

Como são as mercadorias confrontadas umas com as outras? Por que mecanismo se calcula que uma quantidade x de mercadoria A equivale a uma quantidade z de mercadoria B? Marx afirma que é preciso procurar a explicação da relação $xA = zB$, não no carácter concreto de A e de B, na qualidade respectiva destas duas mercadorias, mas numa relação quantitativa: A e B só se podem trocar, e na proporção $xA = zB$, se elas contêm cada uma uma quantidade de 'qualquer coisa de comum' (Capital, I, 1). Se fazemos abstracção do carácter concreto, útil, de A e de B 'não lhes resta mais do que uma qualidade, a de ser produto do trabalho' (idem) — A e B trocam-se em proporções determinadas pelas quantidades respectivas de trabalho nelas cristalizadas; estas quantidades de trabalho têm elas próprias por medida a sua duração no tempo. O tempo de trabalho médio socialmente necessário ao qual a análise conduz é uma abstracção: não se pode calcular o que representa uma hora de trabalho médio numa sociedade dada. Mas, ao distinguir trabalho concreto e trabalho abstracto, Marx pode compreender o mecanismo da troca e analisar um tipo de troca particular: o salariado.

"O que há de melhor no meu livro, é, primeiro, ter demonstrado desde o primeiro capítulo o duplo carácter do trabalho segundo ele se exprime como valor de uso ou valor de troca (toda a inteligência dos factos se baseia nesta tese)...". (Carta a Engels, 24/8/1867).

A compra e a venda de toda mercadoria, incluindo a força de traba-

lho, obedecem ao que Marx chama a lei do valor. Esta lei apresenta-se no imediato muito simplesmente: as mercadorias trocam-se segundo o seu valor, determinado pelo tempo de trabalho médio necessário à sua produção. Ora, Marx afirma no livro III do Capital que "a troca de mercadorias segundo os seus valores — ou aproximadamente segundo os seus valores — supõe (...) um estágio menos avançado que a troca segundo os preços de produção, que necessita de um nível elevado do desenvolvimento capitalista."

De facto, a lei do valor é concebida simultaneamente como a causa e a consequência duma longa evolução histórica complexa e contraditória.

A troca surge na sociedade primitiva a partir do momento em que o grau da produtividade do trabalho permite a uma comunidade produzir para além da satisfação das suas próprias necessidades. A divisão do trabalho aparece, bem como a moeda, 'equivalente geral' de todas as outras mercadorias: o valor de troca parece assim adquirir uma certa autonomia, personificada e individualizada pelo usurário e o negociante, que vivem da circulação do dinheiro e são, no fim de contas, mantidos pelo sobre-trabalho dos trabalhadores produtivos. Quem diz moeda, diz preço: o preço não é mais do que a forma monetária do valor, mas não coincide com o valor. O jogo da oferta e da procura exerce-se em três planos: há a concorrência, 1) entre os vendedores; 2) entre os compradores; 3) entre os vendedores e os compradores. A relação entre a oferta e a procura faz baixar ou subir o preço abaixo ou acima do valor. Mas o que, num dado período, e nos limites destas oscilações, determina o valor da mercadoria, não é a concorrência, mas as despesas de produção da mercadoria considerada. O valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho médio, e seu preço pela relação entre a oferta e a procura. A lei do valor apresenta-se então, no sendo "a lei que, nos limites das oscilações dos períodos comerciais, mantém necessariamente o preço duma mercadoria igual às suas despesas de produção." (Marx, 'Trabalho assalariado e capital').

Até aqui, apenas nos situamos no quadro da produção mercantil simples; o capitalismo desenvolveu a lei do valor e complicou extremamente a relação preço/valor. A acumulação capitalista primitiva baseia-se essencialmente em dois pontos: a transformação da força de trabalho em mercadoria, o que supunha que ela aparecesse livre no mercado e fosse portanto um elemento distinto dos outros no processo de trabalho; e a acumulação de importantes capitais susceptíveis de ser investidos na indústria — as somas importantes acumuladas sob o sistema mercantilista do século XV ao século XVII foram empregadas com este efeito. Num contexto muito diferente, um dos objectivos da liquidação dos kulaks e dos nepmen, a partir de 1928, na Rússia, era o de permitir ao Estado tomar conta duma importante quantidade de valores para os investir na indústria. Nestes dois casos, o desenvolvimento do capital comercial foi a etapa necessária anterior a um prodigioso impulso industrial. Produto do desenvolvimento da troca, o capital estende ele próprio a troca por todo o planeta e modifica assim, não a lei do valor, mas a forma segundo a qual aquela se manifesta: as formas do valor são transformadas, a fim de melhor conservar e desenvolver até ao fim o conteúdo da lei. Assim, a distinção preço/valor existia antes que a força de trabalho fosse ela mesma trocada; mas o capital industrial prolonga e modifica a relação preço/valor. Sabe-se que o preço gira à volta do valor segundo as flutuações da oferta e da procura. Mas na sociedade capitalista nasce toda uma dinâmica da relação preço/valor.

"Que vai acontecer se o preço duma mercadoria sobe? Os capitais vão ser atirados em massa para a indústria que prospera, e este afluxo de capitais em terreno favorável persistirá até à altura em que os lucros aí regressarem à normal, ou antes: até à altura em que a sobre-produção fará cair os preços destes produtos abaixo das despesas de produção." ('Trabalho assalariado e capital').

Marx retoma este problema de maneira sistemática no livro III do Capital: "Em função da composição orgânica (9) diferente dos capitais investi-

dos em diversos ramos de produção, por conseguinte, visto que quantidades muito diferentes de trabalho são postas a funcionar por capitais de igual grandeza, segundo a percentagem diferente que a parte variável constitui num capital total de dado volume, estes capitais apropriam-se de quantidades muito diferentes de sobre-trabalho ou produzem massas muito diferentes de mais-valia. Por consequência, as taxas de lucro que predominam nos diversos ramos de produção revelam originariamente grandes diferenças. Sob o efeito da concorrência, estas diversas taxas de lucros igualizam-se numa taxa de lucro geral, que é a média de todas estas taxas de lucro diferentes. Designa-se por lucro médio o lucro que, conforme esta taxa de lucro geral, é ganho por um capital de dada grandeza, qualquer que seja a sua composição orgânica. Obtém-se o preço de produção duma mercadoria juntando ao seu custo de produção a parte do lucro médio anual sobre o capital investido (e não apenas consumido) na sua produção, parte essa calculada segundo as suas condições de rotações."

Este processo não é senão a perequação da taxa de lucro: o desenvolvimento das trocas produz um preço de mercado que oscila com as flutuações da concorrência nos limites que descrevemos. O movimento dos preços dos mercados (ou preços correntes) surge como uma negação da lei do valor. Mas a circulação do capital, as suas deslocações incessantes em busca de ramos onde as despesas de produção sejam as menos elevadas, tendem a uniformizar as taxas de lucro. O capitalismo tende a estabelecer o que Marx chama um 'comunismo do capital' onde a mais-valia é redistribuída. Cria-se assim um preço de produção, uma espécie de média das oscilações dos preços de mercado para cada mercadoria.

"O preço assim igualizado, que reparte igualmente a mais-valia social entre as massas de capitais na proporção da sua grandeza, é o preço de produção das mercadorias, o centro à volta do qual as mercadorias oscilam!" (Capital, III).

Ao mesmo tempo que nega o preço de mercado, o preço de produção surge como uma nova negação da lei do valor, visto que o preço das mercadorias se compõe do custo de produção mais o lucro médio.

"Pode por conseguinte parecer que a teoria do valor seja aqui incompatível com o movimento real e os movimentos empíricos da produção." (idem).

Marx convida-nos a raciocinar ao nível da sociedade encarada globalmente e a considerar o processo de produção capitalista do ponto de vista da totalidade.

"O capital investido em certos sectores da produção tem uma composição média, quer dizer: exacta ou aproximadamente a composição do capital social médio: nestes sectores, o preço de produção das mercadorias coincide exacta ou aproximadamente com o seu valor exprimido em moeda." (idem).

Nos outros sectores, ele não coincide com o valor; produz-se o que Marx chama um fenómeno de 'compensação':

"Supôr que as mercadorias dos diferentes sectores da produção se vendem segundo o seu valor, significa simplesmente que o seu valor é o ponto central à volta do qual gravitam os seus preços e se equilibram as suas altas e baixas contínuas. Será sempre preciso, por conseguinte, distinguir, além do valor individual das mercadorias particulares produzidas pelos diferentes produtores, um valor de mercado (...) Para certas destas mercadorias, o valor individual encontrar-se-á abaixo do valor de mercado (se a sua produção exige um tempo de trabalho mais curto do que o exprime o valor do mercado); para outras, ele excederá o seu valor." (Idem).

O interesse da análise de Marx está em que esta tenta ligar directamente a relação oferta/procura à questão do tempo de trabalho (como no que se cita atrás, na distinção valor e preço):

"Para que uma mercadoria seja vendida segundo o seu valor mercantil, quer dizer: proporcionalmente ao trabalho socialmente necessário que ela contém, a quantidade do trabalho social consagrada à massa total deste género de mercadoria deve corresponder à amplitude da necessidade que a

sociedade dela sente — bem entendido, da necessidade social solvável. A concorrência, as flutuações dos preços correntes que correspondem às flutuações da oferta e da procura, tendem constantemente a trazer a este nível a quantidade total do trabalho consagrado a cada categoria de mercadorias." (idem).

... Não há contradição entre o valor, por um lado, e o custo de produção mais o lucro médio, por outro. É o próprio funcionamento do capitalismo, pela transformação da mais-valia em lucro, que distingue a fracção do valor duma mercadoria representando o custo de produção, de outra que representa o lucro médio: o lucro médio, se ele surge como 'exterior' (Marx), não deixa por isso de ser o produto do investimento da totalidade do capital hipotecado pela sociedade.

"Bem entendido, se se toma em consideração o capital social total, o valor das mercadorias que produziu (ou, em termos de moeda, o seu preço) é igual ao valor do capital constante, mais o valor do capital variável, mais a mais-valia." (idem).

"É claro que o lucro médio não pode ser outra coisa senão a massa total das mais-valias repartida entre as massas do capital, proporcionalmente às suas grandezas, nos diversos sectores da produção." (idem).

Negando duplamente a lei do valor através do preço de mercado e do preço de produção, o capitalismo não faz senão reforçá-la e desenvolvê-la. O valor adquire agora uma forma 'modificada', mas a transformação dos valores em preço de produção e a criação do valor mercantil distinto do valor individual realizam a lei, generalizando-a:

"As mercadorias são — consideradas em bloco e à escala social — vendidas segundo o seu valor." (idem).

Marx resume assim o mecanismo da manifestação da lei do valor através da sua dupla negação:

"A concorrência consegue estabelecer, primeiro num sector determinado, um valor mercantil e um preço corrente uniformes a partir dos diferentes valores individuais das mercadorias. Mas é apenas a concorrência dos capitais nos diferentes sectores que engendra o preço de produção, o qual igualiza o lucro entre estes sectores. Este processo requer um desenvolvimento do modo de produção capitalista superior ao do estágio inferior.

"(...) Há sempre compensação: para demasiada mais-valia numa dada mercadoria, há, numa outra, pouca mais-valia, de tal modo que as diferenças entre os valores e os preços de produção se compensam reciprocamente. No sistema de produção capitalista, a lei geral só se impõe como tendência dominante de maneira aproximativa e complexa, como um termo médio e inverificável entre eternas flutuações." (idem).

A importância destes desenvolvimentos reside na clarificação do ciclo histórico da troca que prossegue sob o capitalismo. O 'marxismo' vulgarizado fez da lei do valor um simples mecanismo regulador, rejeitando o que continha de interesse no trabalho de Marx: a procura duma dinâmica do capitalismo. Um dos elementos desta dinâmica é, em função do próprio movimento da lei do valor, o tempo de trabalho:

"Demonstro que é precisamente porque o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho, que o preço médio das mercadorias não pode jamais ser igual ao seu valor." ('Teorias sobre a mais-valia').

O tempo de trabalho médio determina com efeito toda a organização social da produção e da distribuição. Ele regulariza as proporções nas quais as forças produtivas são afectadas a este ou àquele uso, neste ou naquele lugar. A lei do valor "afirma-se fixando as proporções necessárias de trabalho social, não no sentido geral que se aplica a toda a sociedade, mas apenas no sentido requerido pela sociedade capitalista; por outras palavras, ela estabelece uma repartição proporcional do conjunto do trabalho social em função das necessidades específicas da produção capitalista." (Paul Mattick, I.S.E.A., 59). É, entre outras coisas, por esta razão que

os capitais não irão investir-se numa fábrica na Índia, mesmo se a produção de tal fábrica é necessária à sobrevivência da população: o capital dirige-se sempre para onde se multiplica mais depressa. A regulamentação pelo tempo de trabalho médio impõe que não se desenvolva uma dada produção senão onde o tempo de trabalho necessário para obter esta produção está, no máximo, próximo do tempo de trabalho médio.

"Num regime social em que a interdependência do trabalho social existe sob a forma da troca privada dos produtos individuais do trabalho, a forma sob a qual se manifesta a repartição proporcional do trabalho é precisamente o valor de troca destes produtos." (Marx, 'Carta Kugelmann, 11/7/1868').

Tal é a racionalidade do capital: o valor de troca segundo o tempo de trabalho médio. O interesse da análise de Marx está em mostrar que este próprio movimento produz a irracionalidade do sistema capitalista. Não encararemos aqui senão um dos aspectos desta contradição, reproduzida das indicações de Marx sobre a definição do tempo de trabalho.

V - A CONTRADIÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO

Lembrámos o papel — central — do sobre-trabalho na análise da produção da mais-valia. Marx insiste na origem, função e limite histórico do sobre-trabalho:

"O grau de produtividade já atingido indica-nos se uma parte do tempo de produção basta para a produção imediata, e se uma parte sempre crescente pode ser empregada para criar meios de produção. Isso supõe que a sociedade esteja em estado de aguardar, e que ela possa adiantar, sobre o consumo imediato bem como sobre a produção que lhe é consagrada, uma parte crescente da riqueza já criada, para a empregar num trabalho que não é imediatamente produtivo (no seio do processo de produção material).

Tudo isso exige, por conseguinte, que se tenha já atingido um certo nível de produtividade e um excedente relativo; e pode-se dizer, mais exactamente, que se calcula directamente este nível pelo grau em que o capital circulante se transforma em capital fixo." ('Grundrisse').

Deste modo permite o salariado desenvolver as forças produtivas a um nível até então inimaginável:

"A verdadeira economia (poupança) baseia-se no tempo de trabalho (mínimo e redução a um mínimo das despesas de produção); mas acontece que esta economia corresponde ao desenvolvimento da força produtiva." (Idem).

O salariado permite a produção de mais-valia pela apropriação do sobre-trabalho pelo capital. Neste sentido, a miséria à qual é condenado o operário é uma necessidade histórica. É preciso obrigar o trabalhador a fornecer sobre-trabalho. Mas deste modo se desenvolvem as forças produtivas e aumenta a parte relativa do sobre-trabalho na jornada de trabalho do operário: "o capital cria uma grande quantidade de tempo disponível (...), por outras palavras, uma margem de espaço para o desenvolvimento de todas as forças produtivas de cada indivíduo, e portanto também da sociedade (...). Ele tende sempre por ele próprio a criar tempo de trabalho disponível, por um lado, para o transformar em sobre-trabalho, por outro." (Idem).

A 'existência contraditória' do sobre-trabalho surge por conseguinte nitidamente:

- cria a riqueza social;
- traz a miséria ao trabalhador que a fornece.

Esta contradição tem uma base objectiva: a necessidade do progresso das forças produtivas. Mas a partir do momento em que este crescimento atinge um grau fantásticamente elevado, o sobre-trabalho torna-se de tal

modo importante, relativamente ao trabalho necessário, que é possível transformar a relação trabalho necessário/sobre-trabalho: destruir a 'base contraditória do sobre-trabalho'. O capital "é assim, mau grado ele mesmo, o instrumento que cria os meios do tempo social disponível, que reduz incessantemente a um mínimo o tempo de trabalho para toda a sociedade e liberta por conseguinte o tempo de todos com vista ao desenvolvimento de cada um." ('Grundrisse').

No socialismo, o excedente de trabalho, relativamente ao trabalho necessário, perderá o carácter de sobre-trabalho que lhe impunham os limites históricos das forças produtivas sob o capitalismo — o tempo disponível não será mais baseado na pobreza do trabalho. Não se terá mais necessidade da miséria para criar a riqueza. Quando a relação entre o trabalho necessário e o sobre-trabalho será perturbada pelo impulso das forças produtivas, o excedente de tempo para além do trabalho necessário à existência material perderá a sua forma transitória de sobre-trabalho.

"O tempo livre — para o ócio, bem como para as actividades superiores — transformará naturalmente quem dele usufrui num resultado diferente, e é este homem transformado que se apresentará em seguida no processo de produção imediato." (Idem).

A economia de tempo de trabalho é para o desenvolvimento da humanidade uma necessidade absoluta: ela estabelece ao mesmo tempo a possibilidade do capitalismo, e, num estágio mais desenvolvido, a do comunismo. É o mesmo movimento que desenvolve o capitalismo e tornará o comunismo simultaneamente possível e necessário.

Ao mesmo tempo, a lei do valor e a medida pelo tempo de trabalho médio encontram-se no mesmo processo. A lei do valor exprime o limite do capitalismo e tem um papel necessário. Enquanto as forças produtivas são ainda pouco desenvolvidas, e enquanto o trabalho imediato constitui o factor essencial da produção, a medida pelo tempo de trabalho impõe-se como uma necessidade absoluta. Mas, com o desenvolvimento do capital, em particular do capital fixo, "a criação de riquezas depende cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizado, e cada vez mais da potência dos agentes mecânicos, que são postos em movimento durante o período de trabalho. A enorme eficiência destes agentes não tem, por seu lado, relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa a produção." (Idem).

A miséria do proletariado permitiu assim que se desenvolvesse de forma prodigiosa o capital fixo, onde se encontram, justamente, fixados todos os conhecimentos científicos e técnicos da humanidade: a automação, de que começamos a ver hoje as aplicações, não é mais do que uma das etapas deste desenvolvimento. Ora, o capital continua a regulamentar a produção por intermédio da medida pelo tempo de trabalho médio:

"O capital é uma contradição em processo; por um lado, ele leva à redução do tempo de trabalho a um mínimo e, por outro lado, coloca o tempo de trabalho como a única fonte e a única medida da riqueza. Ele diminui por conseguinte o tempo de trabalho sob a sua forma necessária, para o aumentar sob a sua forma de sobre-trabalho." (Idem).

O que escrevemos sobre a 'existência contraditória' do sobre-trabalho deve ligar-se à questão do tempo de trabalho. A famosa contradição forças produtivas/relações de produção só pode ser compreendida se se notarem bem as seguintes oposições e os elos estreitos que as unem:

— contradição entre o papel do tempo de trabalho médio como regulador das forças produtivas 'em vias de desenvolvimento' e o seu crescimento que tende a destruir a razão de ser desta função;

— contradição entre a necessidade de desenvolver ao máximo o sobre-trabalho do operário a fim de produzir o mais possível, e o crescimento mesmo do sobre-trabalho que torna possível a sua supressão.

A relação contraditória relações de produção/forças produtivas só pode ser compreendida como um conceito a construir, como síntese de várias questões a diferentes níveis (problemas do crédito, da renda, etc. Cf. 'O Capi-

tal', livro III) — a contradição do tempo de trabalho e a dinâmica desta contradição são uma das manifestações da oposição entre o crescimento das capacidades produtivas e as relações sociais na sociedade capitalista.

Marx tentou sintetizar estas duas questões:

"Desde o momento que o trabalho, sob a sua forma imediata, deixou de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser, e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa por conseguinte também de ser a medida do valor de uso. O sobre-trabalho das grandes massas deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, bem como o não-trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano." (Idem).

A 'libertação do homem', tão anunciada por todos os utopistas (antigos e modernos), é a partir de então possível:

"A produção baseada no valor de troca cai, por este facto. (...) Dá-se então o livre desenvolvimento das individualidades. Não se trata mais, a partir de então, de reduzir o tempo de trabalho necessário com vista a desenvolver o sobre-trabalho, mas de reduzir em geral o trabalho necessário da sociedade a um mínimo. Ora, esta redução-supõe que os indivíduos recebem uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo libertado e aos meios criados em benefício de todos." (Idem).

O que se poderia chamar a dialéctica do tempo de trabalho tem também o seu interesse a propósito da sociedade comunista e da transição necessária que a ela conduz. Pondo o problema do tempo de trabalho e da medida como o tentámos fazer, é possível compreender as afirmações de Marx que, à primeira vista, poderiam parecer paradoxais, ou mesmo contraditórias.

"Qualquer criança sabe que qualquer nação desaparecerá se interrompesse o trabalho, mesmo que fosse por uma semana.* Qualquer criança sabe igualmente que a criação de produtos correspondendo a necessidades diversas, requer diversas quantidades determinadas de trabalho social colectivo. Ora, é bem evidente que uma dada forma de produção social não pode de modo nenhum eliminar esta necessidade dum repartição, em proporções definidas, de trabalho social; apenas podem transformar-se as suas manifestações. Não se pode eliminar as leis da Natureza. Em condições históricas diferentes, apenas pode transformar-se a forma sob a qual estas leis se manifestam." ('Carta a Kugelmann', 11/7/1868).

Vimos que, sob o capitalismo, a lei do valor organiza o que Bukarine chama "as proporções socialmente indispensáveis entre os diferentes ramos da produção", criando assim o que ele chama 'o estado de equilíbrio' da sociedade — sendo o regulador fundamental o tempo de trabalho médio. Por isso é curioso ler em escrito de Marx que "na realidade, nenhum tipo de sociedade pode impedir que a produção seja regulada, dum forma ou doutra, pelo tempo de trabalho disponível da sociedade. Mas, enquanto esta fixação da duração do trabalho não se efectua sob o controle consciente da sociedade — o que apenas se pode fazer sob o regime da propriedade comum —, mas pelo movimento dos preços das mercadorias, a tua tese, exposta com tanta justeza nas Annales Franco-Allemandes, permanece inteiramente válida." (Carta Engels, 3/1/1868). (10)

Na realidade, não há incoerência no pensamento de Marx a este nível. Esta carta foi em particular interpretada de todas as formas possíveis no debate que opôs fundamentalmente Bukarine a Preobrajensky, sem que jamais, que saibamos, a verdadeira análise de Marx fosse posta a claro. Marx opõe a regularização pelo tempo de trabalho socialmente necessário à regularização pelo tempo disponível. Não se trata bem entendido de dois métodos que se aplicaríamos, mas de dois processos históricos objectivos pondo em jogo o conjunto das relações sociais. São conhecidas as páginas da 'Crítica do projecto de programa de Gotha' onde Marx explica que "no seio da sociedade cooperativa, baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam os seus produtos; de igual modo, o trabalho em-

* A greve geral de 3 semanas em Maio 68 é um sinal de enorme desenvolvimento das forças produtivas e das reservas (J.B.).

pregado em produtos não surge muito menos aqui como valor destes produtos, como uma qualidade real por eles possuída, visto que, a partir daí, ao invés do que se passa na sociedade capitalista, não é mais através dum desvio, dum rodeio, mas directamente, que os trabalhos do indivíduo se tornam parte integrante do trabalho da comunidade."

Cita-se menos, porém, esta passagem do livro II do 'Capital':

"Suponhamos, em vez duma sociedade capitalista, uma sociedade comunista. Antes de mais, o capital-dinheiro desaparece completamente, e com ele todas as transacções disfarçadas que ele comporta. A questão reduz-se simplesmente a quo a sociedade é obrigada a calcular com antecedência a quantidade de trabalho, de meios de produção e de subsistência que pode, sem o mínimo inconveniente, empregar em empresas que, como por ex. a construção dos caminhos de ferro, não fornecem durante um tempo assaz longo, um ano ou mesmo mais, nem meios de produção ou de subsistência, nem nenhum produto de utilidade imediata, mas subtraem à produção anual total do trabalho meios de produção e de subsistência. Na sociedade capitalista, pelo contrário, onde a inteligência social se manifesta fora de tempo, é inevitável que grandes perturbações se produzam sem cessar."

Marx avança por conseguinte um facto: na sociedade comunista existirá um muito alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. Este nível permitirá que não se utilize mais a medida do tempo de trabalho médio. Mas será bem preciso estudar a importância relativa que se dará a este ou àquele ramo, e portanto escolher e calcular. Simplesmente, a 'medida' não se fará mais em função do custo social do produto, mas relativamente à confrontação das diversas necessidades. 'A cada um segundo as suas necessidades', na óptica de Marx não significa que 'tudo' existirá 'em abundância': a noção de 'abundância' absoluta é ela própria uma noção ideológica e não um conceito científico. A fórmula 'A cada um segundo as suas necessidades' implica efectivamente um cálculo e uma escolha, não mais com base no valor de troca, mas em função do valor de uso, da utilidade social do produto em questão. (11) Marx expõe de resto este ponto na 'Miséria da filosofia':

"Numa sociedade do futuro, em que teria cessado o antagonismo das classes, o uso não seria mais determinado pelo mínimo do tempo de produção; mas o tempo de produção que se consagraria a um objecto seria determinado pelo seu grau de utilidade."

Assim se esclarece, a nosso ver, a frase bem conhecida sobre a passagem do reino da 'necessidade' ao reino da 'liberdade': esta liberdade é concebida como uma relação em que os homens dominam o processo de produção da vida material, podem finalmente adaptar as suas aspirações ao nível atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas. (12) O crescimento da riqueza social e a libertação da individualidade coincidem.

"A riqueza verdadeira significa, com efeito, o desenvolvimento da força produtiva de todos os indivíduos. A partir daí, não é mais o tempo de trabalho, mas o tempo disponível que mede a riqueza." ('Grundrisse').

Neste sentido, H. Rubel tem razão em falar do "tempo, campo da libertação humana." (13)

É claro que a dinâmica analisada por Marx exclui toda a hipótese duma passagem gradual ao comunismo pelo desaparecimento progressivo da lei do valor. Pelo contrário, a lei do valor não deixa de se manifestar fortemente até à destruição do capitalismo: a lei do valor não deixa jamais de se destruir ela própria... mas para reaparecer sempre a um nível superior. Mostrámo-nos que o movimento que lhe deu nascença tende a destruir a sua razão de ser, mas ela não deixa por isso de existir e de regulamentar o funcionamento do sistema. A necessidade duma revolução impõe-se por si própria. Mas, ao mesmo tempo, compreende-se como esta revolução é possível. O motor da luta revolucionária não é nem uma 'consciência', nem a 'espontaneidade' pura dos operários, mas o crescimento das forças produtivas, das quais o proletariado é, ele próprio, para Marx, uma das componentes essen-

ciais.

Decididamente, a natureza contraditória do tempo de trabalho põe o problema do duplo carácter do próprio trabalho, origem da dialéctica valor de uso/valor de troca. A análise de Marx, através de todos os manuscritos que podemos conhecer, tenta dar uma definição do capital e do papel que ele tem na história da troca. Não fizemos aqui mais do que apresentar um aspecto do trabalho de Marx. E de resto a análise de Marx, por mais complexa, não poderia ser-nos suficiente — em todo o caso, é necessário conhecê-la bem. É por esta razão que nos concentramos em Marx. Não fizemos mais do que pôr aqui uma questão. Convenhamos em não imitar o pensador de quem Marx dizia que só era capaz de resolver os problemas simplificando-os.

VI - A 'GESTÃO OPERÁRIA'

A teoria da gestão operária da sociedade pelos conselhos operários ignora completamente o movimento do capitalismo; conserva todas as categorias e as características do capitalismo: salário, troca, lei do valor, limitação da empresa, etc. O socialismo que nos propõe não é mais do que um capitalismo... democraticamente gerido pelos operários. Das duas uma: ou os conselhos operários funcionariam diferentemente das empresas capitalistas, o que seria impossível, visto as relações de produção permanecerem capitalistas; os conselhos operários seriam então varridos pela reacção (que teria a sua fonte principal na sobrevivência daquelas relações). Porque as relações de produção não são relações de homem a homem (ver a definição de 'Socialisme ou Barbarie' (14): as relações de produção capitalistas existem onde há dirigentes e executantes), mas a maneira pela qual se relacionam uns com os outros os diferentes factores do processo de trabalho: o factor 'subjectivo', a força de trabalho humana, e o factor 'objectivo', os meios de produção, as matérias primas, etc. O que faz a essência das relações capitalistas é o aparecimento dos factores objectivos como potência estranha ao trabalhador, potência que o domina enquanto que capital. A relação 'humana' dirigente/dirigido não é senão uma manifestação da relação fundamental salariado/capital.

Ou então os conselhos operários aceitariam funcionar como empresas capitalistas. Mas nesse caso o sistema dos conselhos não sobreviveria senão como ilusão destinada a mascarar a exploração, e os dirigentes 'eleitos' não tardariam a tornar-se sob todos os pontos idênticos aos capitalistas tradicionais: a função do capitalista, diz Marx, tende irresistivelmente a separar-se da do operário: "A lei faz de resto com que o desenvolvimento económico atribua estas funções a pessoas diferentes; ...tal é a tendência na sociedade onde predomina o modo de produção capitalista." A gestão operária conduziria assim ao capitalismo — ou melhor, o capitalismo não teria nunca deixado de existir, com todos estes corolários: concorrência, salariado...

A burocracia bolchevique tomara o controle da economia; os ultra-esquerda querem que sejam as massas. Mais uma vez, a ultra-esquerda manteve-se no terreno do leninismo, contentando-se, também aí, em dar uma resposta diferente à mesma questão. Ao fazê-lo, ela punha no entanto um princípio justo (ao contrário de Lênine): o controle da economia pelos operários é necessário. Não é porém um fim em si: é uma condição necessária, mas não suficiente, da destruição do capitalismo. O socialismo não é a gestão, mesmo 'democrática' e 'operária' do capital, mas a sua destruição.

VII - O LIMITE HISTÓRICO DA ULTRA-ESQUERDA

Ao examinar estes dois pontos, não fizemos mais do que relembrar a tese fundamental de Marx, para quem existe um movimento em direcção à revolução na sociedade dominada pelo capitalismo. A nossa tarefa é, primeira-

mente, a de afirmar este movimento. Os problemas de 'organização' e de conteúdo do socialismo esclarecem-se. Produzido pela sociedade capitalista, o movimento revolucionário tem a sua marca: divisão manual/intelectual. Sendo entretanto necessário não teorizar este aspecto, nem no sentido de Lênine, nem no sentido de I.C.O., mas reconhecê-lo como uma fase inevitável que não desaparecerá senão com o pleno sucesso da revolução. Não há, por conseguinte, contrariamente ao que diz Lênine, um 'problema da organização'. O problema que há é o das formas que reveste o movimento espontâneo produzido pela própria sociedade em direcção ao comunismo. A contribuição teórica de Marx é justamente esta clarificação da dinâmica interna que leva do capitalismo ao comunismo. Deste modo, o socialismo não surge mais como a simples gestão da sociedade pelo proletariado, mas como a conclusão levada a efeito pelo proletariado de ciclo histórico do capital. O proletariado não pode contentar-se em apoderar-se do mundo — ele leva ao seu termo o movimento do capitalismo. É o que separa Marx de todos os pensadores utópicos e reformistas: o socialismo é o produto duma dinâmica objectiva, da própria dinâmica que engendrou o capitalismo e o propagou por toda a Terra. Marx insiste, antes de mais nada, sobre o conteúdo deste movimento. Lênine e a corrente ultra-esquerda insistiram antes de mais nada sobre a sua forma: forma de organização, forma de gestão da sociedade socialista, esquecendo o conteúdo do movimento revolucionário. Este 'esquecimento' era, ele próprio, um produto histórico. A situação da sua época, e antes de mais o desenvolvimento limitado das forças produtivas, não permitia às lutas revolucionárias terem um conteúdo comunista (no sentido que definimos). Ela impôs aos revolucionários formas que não podiam ser radicais, comunistas. Estas formas, por seu turno, marcaram e aumentaram os limites da época.

(15)

As ideias ultra-esquerda formaram-se, com efeito, e desenvolveram-se numa época em que as condições de maturação da revolução não estavam ainda preenchidas. O capitalismo não estava ainda suficientemente desenvolvido, o proletariado não era suficientemente forte para que a revolução comunista fosse possível. O leninismo não fazia mais do que exprimir a impossibilidade da revolução na sua época. As ideias de Marx sobre o partido estavam postas de lado desde há muito; Engels abandonara-as ele próprio no fim da sua vida. É a época das grandes organizações reformistas, e depois dos partidos de estilo bolchevique (que na realidade depressa caem no reformismo). O movimento revolucionário não se tinha ainda suficientemente afirmado: apertado entre o social-democratismo e o leninismo, não conseguia manifestar-se enquanto que tal. Por todo o lado na Alemanha, em Itália, na Inglaterra, o princípio dos anos 20 é marcado pelo enquadramento e 'embrigadamento' da classe operária. Como reacção contra esta situação, os ultra-esquerda vêm a recear de se impôr aos trabalhadores. Em vez de compreenderem os partidos leninistas como produto da derrota operária, recusam todo e qualquer partido, e deixam como Lênine a concepção marxista do partido nos esquecimentos da História. Quanto ao conteúdo do socialismo, é suficiente ver-se que, de 1917 a 1936, da revolução russa à revolução espanhola, passando pelas insurreições na Alemanha, na China, etc., nenhum movimento social de envergadura pôs em causa os fundamentos do capitalismo. Desde que um movimento revolucionário triunfa, ele não pode senão tentar de gerir o capitalismo, mas não de o subverter. Nestas condições, os ultra-esquerda não podiam fazer uma crítica real do leninismo. Eles não podiam senão tomar sistematicamente o seu avesso, sem ir ao fundo das coisas, sem ver o conteúdo do movimento revolucionário, muito simplesmente porque este movimento não aparecia 'à luz do dia'. É a razão por que, se bem que afirmando posições profundamente justas sobre certos pontos (crítica dos sindicatos e dos partidos 'operários', sobretudo), eles não podiam opôr às formas preconizadas pelo leninismo senão outras formas, sem nunca esclarecerem o conteúdo do movimento revolucionário. Substituíram assim o fetichismo do partido leninista pelo dos conselhos operários. Po-

do-se pois dizer que a corrente ultra-esquerda não superou verdadeiramente o leninismo. As suas concepções eram necessárias ao seu tempo, e tiveram um papel extremamente positivo; ora uma etapa necessária, inevitável. Mas hoje, quando o leninismo começa a ter feito o seu tempo, porque a contra-revolução da qual era produto se aproxima do seu fim, as ideias ultra-esquerda, que não são mais do que a suspensão do leninismo, devem e podem ser superadas. Esta crítica só é possível porque o desenvolvimento do capitalismo à escala mundial permite entrever o conteúdo real do movimento revolucionário que ao mesmo tempo desenvolve. Agarrando-nos à força às ideias ultra-esquerda que expusemos (reccio do partido e gestão operária), transformaríamos estas ideias em pura ideologia, no sentido em que Marx fala da 'ideologia alemã'. Vivemos uma herança importante, produto duma fase brevemente superada da história do movimento revolucionário; se não conseguimos superar o nosso passado, o que não implica, de modo nenhum, uma rejeição brutal mas, pelo contrário, uma assimilação profunda, nós recitaremos então Pannekoek como outros recitam 'Os princípios do leninismo', incapazes de ter um papel quando desta feita o conteúdo mesmo da revolução fôr posto em marcha por esse 'partido proletário' que não teremos podido reconhecer.

A esquerda italiana ('bordiguismo') oferece um outro exemplo de corrente interessante surgida do mesmo período e que não conseguiu compreender e superar as suas origens (16). Esta corrente aceitou as ideias de Lênine até à frente única: verdadeiras antes de 1921, erradas a partir desta data. Desenvolveu-se desde então mantendo a ideia dum programa revolucionário atacando os próprios fundamentos do capitalismo. Recusando a teoria da gestão operária, a esquerda italiana fez uma das análises mais profundas da economia russa, pondo em primeiro plano, não a burocracia, como os trotskistas e 'Socialisme ou Barbarie', mas as relações de produção. A revolução não pode consistir senão na destruição da lei do valor e da troca. Em compensação, a esquerda italiana, se bem que compreenda o partido como produto da sociedade, permanece ligada às teses de 'Que fazer?', de onde resulta uma grande confusão teórica, se bem que os textos bordiguistas sejam frequentemente interessantes. A esquerda italiana permaneceu, ela também, prisioneira da época que lhe tinha dado nascença. (Ver, a este respeito, a revista 'Invariance', em particular o n.º 1, sobre o partido, o n.º 2, sobre o valor, o n.º 3, crítica da autogestão, n.º 4, p. 66 sobre Maio 68, n.º 5, 'Perspectivas', n.º 7, 'A revolução comunista-Teses de trabalho', e uma nova série, n.º 1, 'O KAPD e o movimento proletário'). (17)

O nosso texto tem apenas um objectivo: reconhecer a nossa ideologia para a superar. Poderemos assim empreender o trabalho teórico necessário: estudo do programa revolucionário, da questão do valor em Marx e outros, da análise do capitalismo (problema do imperialismo, por ex.); bem como de trabalhos históricos para melhor assimilarmos o nosso passado (sobre o leninismo, sobre a III Internacional, ...). Ao mesmo tempo, podemos e devemos dar a conhecer antigos textos ultra-esquerda para melhor se mostrar, simultaneamente, o seu papel e os seus limites. (18)

Quando o proletariado se constitui em classe, o revolucionário junta-se a ele sem que qualquer barreira teórica ou sociológica impeça o movimento revolucionário de se unificar. A coerência teórica, como o dizem os situacionistas no extracto do n.º 11 da 'Internacional situacionista' que citámos, é um objectivo permanente dos revolucionários, na medida em que facilita sempre a coordenação prática das energias revolucionárias. Os revolucionários não hesitam nunca em intervir de forma organizada para dar a conhecer a sua crítica da sociedade.

Não se trata, para eles, de ditar a 'linha justa' aos operários revolucionários; não se trata, tão-pouco, para eles, de se absterem de qualquer intervenção revolucionária coerente sob o pretexto de que 'os operários devem decidir eles próprios'. Visto que, por um lado, os operários

só tomam as decisões que lhes impõe a situação geral da sociedade; por outro lado, o movimento revolucionário é uma totalidade orgânica, da qual a teoria é um elemento inseparável. Os comunistas representam e defendem sempre os interesses gerais do movimento. Em todas as situações em que se encontram, os comunistas não se recusam a exprimir todo o sentido do que se passa e a fazer propostas de acção em conformidade; se a situação é revolucionária, se a expressão dada do movimento e as propostas de acção são justas, elas integram-se necessariamente na luta do proletariado e contribuem para formar o partido da revolução comunista.

Este texto não é de pegar ou largar. Não é uma plataforma, mas apenas uma contribuição para um trabalho teórico. Se bem que as hipóteses fundamentais deste texto sejam o produto duma reflexão assaz longa, ele pode, na sua exposição, parecer rápido, pouco elaborado. Isto significa que pretendemos prosseguir um tal trabalho.

(Seleção e tradução de Júlio Henriques)

Notas

- 1) Conf. o trabalho a publicar de Denis Authier sobre o movimento comunista na Alemanha de 1914 a 1921
- 2) Ver 'Le mouvement des conseils en Allemagne', publicado pelo I.C.O. e os documentos contidos no n° 7 de 'Invariance' - sobretudo 'Le KAPD au 3° congrès mondial, 1921', p. 81-94 e sobre o ICO, p. 94-102./KAPD: Partido Comunista Operário Alemão; resultou da exclusão de 60.000 'esquerdistas' do KPD, P.C. Alemão (100.000 membros). Opunha-se resolutamente à Direcção leninista-luxemburguista do KPD, propondo: 1°, o abstencionismo sistemático nas eleições na nova fase do capitalismo, em que o parlamentarismo já não tem qualquer papel e definha mais e mais depressa; 2°, a destruição dos sindicatos, órgãos do 'parlamentarismo económico'. Além disso, eram resolutamente pela criação da III Intern., ao contrário da direita do KPD, que a julgava prematura. A evolução da Rússia levou-os, desde 1921, a fazer a crítica da sociedade e do Estado russos (capitalismo gerido por uma burocracia) e portanto a crítica também da III Intern., que se tornara um dos instrumentos da política externa da Rússia. Com grupos de outros países o KAPD constituiu uma efémera Intern. Comunista Operária. Cf., a este respeito, a declaração de Trótsky contra esta IV Intern. no n° 11 da I.S.
- 3) Reeditada em francês em 69. À venda na Lib. Vieille Taupe, Paris.
- 4) A AAUD, União Geral Operária da Alemanha, reagrupava os operários revolucionários das organizações de fábrica. A AAUD-E, União Geral dos Op. da Alemanha-Organis. Unitária, surgida duma cisão da AAUD. O qualificativo 'Unitária' exprimia a recusa da distinção entre organis. política (partido) e org. económica (sindicatos, conselhos) do proletariado.
- 5) Companheiro de Herman Gorter, Anton Pannekoek escreveu 'Worker's councils', que sintetiza de certa forma as ideias 'conselhistas'; importantes extractos foram publicados nos 'Cahiers du socialismo de conseils'. Pannekoek escreveu também 'Lénine philosophe' (CADERNOS Spartacus, Paris), em que mostra que o materialismo de Lénine se situa no terreno do materialismo burguês. Uma antologia dos textos de A.P. foi publicada pela EDI, Paris, realizada por Bricianer.

- 6) Ver o seu prefácio em alemão à 'Guerra dos camponeses', escrito em 1874. Lênine cita-o logamente no 'Que fazer?'
- 7) Ver 'Les trois sources du marxisme' (Cadernos Spartacus) e os comentários de P. Guillaume e J. Barrot. Sobre os princípios do movimento operário russo e o nascimento do leninismo, ver o prefácio de Denis Authier a 'Rapport de la délégation sibérienne', de Trotsky, Cad. Spartacus, 1970.
- 8) Conf. 'Révélations sur le procès des communistes', de Marx, in Rubel, 'Pages choisies pour une éthique socialiste', Ed. Rivière, p. 205, 1947.
- 8 bis) Conf. ICO n° 101, 'Fondements de l'économie communiste' e P. Mattick, 'Marx et Keynes', Gallimard, 1972.
- 9) Marx distingue desta maneira o capital variável, investido em salários, do capital constante, investido em meios de produção
- 10) Marx faz aqui alusão ao artigo de Engels 'Esquisse d'une critique de l'économie politique'. Mais tarde, Engels comentou de resto, ele próprio, o seu trabalho no 'Anti-Durhing' (3ª parte): "Disse desde 1844 (...) que esta avaliação do efeito útil e do consumo do trabalho é tudo o que, numa sociedade comunista, poderia subsistir do conceito de valor da economia política. Mas estabelecer cientificamente esta tese só se tornou possível, como se vê, graças ao 'Capital' de Marx."
- 11) Por isto mesmo, o problema dos países atrasados e do seu desenvolvimento a todos os níveis põe-se sob uma nova luz (conf. a Índia).
- 12) "O 'busilis' da sociedade burguesa é precisamente de não permitir a priori uma organização social da produção que não seja consciente: o racional e o necessário só se afirmam enquanto que média, e a sua acção é cega." (Marx, 'Carta a Kugelmann, 11/7/1868).
- 13) 'Pages choisies', ob. cit., p. 307.
- 14) Conf. a nossa apresentação a 'Notes pour une analyse de la révolution russe'. (Traduzido em português, Ed. Assírio & Alvim).
- 15) Ver o trabalho muito interessante e documentado de 'Kommunistik Program, Postbox 61, 2880 Bagsvaerd, Dinamarca. Textos disponíveis em francês: 'La question syndicale et la gauche allemande dans la III Internationale' e 'La perspective communiste'.
- 16) Ver as revistas 'Bilan' (publicada antes da guerra), 'Programme communiste' (desde há uma dezena de anos) e 'Fil du temps', bem como a brochura 'La question parlementaire dans l'Intern. Com.' Existe em italiano uma documentação muito importante.
- 17) Para uma bibliografia detalhada das publicações da esquerda italiana, ver 'Invariance' n° 8.
- 18) Um balanço do trabalho do partido pode encontrar-se no n° 3 da revista 'Le mouvement communiste'.

CORRESPONDENCIA

CARTA DE "COMBATE OPERÁRIO" (suplemento de ROUGE)

Camaradas:

Enquanto grupo revolucionário português no exílio e para mais ligados que estamos a Rouge, portanto com uma perspectiva de luta hoje e aqui, no momento em que se assiste a um sensível agravamento da repressão e a um reforço do Estado forte em França, consideramos que seria errado aparecer em tanto que organização e sem a cobertura de um movimento de massa em reuniões de carácter público.

Queremos no entanto afirmar o nosso apoio às vossas propostas de actividade unitária anti-colonialista, assim como o nosso propósito de colaborar, na medida do possível, com as vossas iniciativas.

Paris, 20 de Março de 74

COMBATE OPERÁRIO
(suplemento de Rouge)
10, Impasse Guéméné 75018 Paris

CARTA DE JOSÉ BRAZÃO HENRIQUES

Amsterdão, 26/3/74

(...) Lembro-me um dia duma intervenção do Silva Marques sobre o jornal O Salto. Penso que a sua intervenção que poderia ter um certo interesse acabou por cair no próprio jogo do Salto. Disse que as estruturas do Salto não eram democráticas e que o Salto não ataca o capitalismo dos países em que vivemos. Contudo, considera a possibilidade que, se fosse possível, poderia haver um trabalho em comum com O Salto, ou ainda com OMTPE.

Eu acho que não compreendeu a natureza do Salto. O Salto, para existir como tal, defendendo e estando ao serviço duma ideologia, nunca poderá abrir as portas senão a essa mesma ideologia. A meu ver, a concepção do Salto é profundamente contra-revolucionária. Primeiramente, devido à ideologia que defende. Essa ideologia, resumindo, é apoiar países capitalistas de Estado tais como Albânia, China e Vietnam.

Por outro lado, apoia os movimentos de libertação nacional sem ser apenas na óptica da sua contribuição da destruição dos exércitos invasores mas apenas como qualquer coisa de injusto. Acaba por se identificar com os programas dos movimentos de libertação nacional alegando a luta anti-imperialista. Não quer ver, e nem pode, o carácter anti-comunista dos movimentos de libertação nacional.

Segundo, são contrarevolucionários na prática, pois promovem a alienação do trabalhador português que é explorado pelo capital, tal como o trabalhador de qualquer país. Fala sempre (os títulos são claros e as rubricas duma saloioce atroz) do Portugal de que não necessitemos de emigrar. Promovem Jogos Florais, antros de concorrência entre trabalhadores, onde é vendida cervejinha Sagres. Desenvolvem, queiram eles ou não, o espírito nacionalista e chauvin promovendo festas onde é desenvolvido o espírito

to lusitano.

Terceiro, a sua própria natureza como jornal legal, com uma certa periodicidade, que o obriga a entrar no jogo das legalidades.

Repare-se que O Salto nunca ataca o capitalismo francês, sendo a própria França o país onde estão mais portugueses.

O nível jornalístico é duma pobreza bastante grande, pois a sua função é a de dizer coisas já há muito tempo ouvidas.

Concluindo, O Salto é um jornal contrarevolucionário, ao serviço duma ideologia e dos próprios indivíduos que o fazem. É puramente uma forma de propaganda.

Sobre o MTPE a conversa é praticamente a mesma. O MTPE não significa senão uma organização de associações que está ao serviço da sua Comissão Permanente. Ainda que essa C.P. tenha sido votada em R.I.A., a votação não passa duma farsa, pois os dirigentes das Associações votam em pessoas que não conhecem, numa R.I.A. puramente formal e sem ter havido qualquer ligação entre as Associações. O número de Associações é também resumido, o que facilita ainda mais o jogo. Como se pode ver, o MTPE não é mais do que uma forma de propaganda política. A sua actividade, além de organizar festas e distribuir papéis, praticamente não existe. Aliás, a própria necessidade duma C.P. que tenta controlar as Associações é o início do seu próprio fim, pois ela é dirigente duma coisa que não existe.

Eles não promovem nem podem promover a troca de experiências com outras Associações, ou ainda aceitar no seu seio indivíduos com outras ideias ou mesmo com as mesmas ideias, mas que critiquem demasiado. O papel dessa Comissão (a Comissão Permanente é o próprio MTPE) é vedar as Associações das influências estranhas, para defenderem o pouco que têm.

Analisando o que acabei de escrever, eu não vejo qual o interesse de colaborar com O Salto ou outro jornal do mesmo estilo ou ainda medir o campo político do MTPE sem cair no seu campo, o campo da política. Acho que o MTPE e O Salto não passam de organizações de indivíduos que, incapazes de organizar a sua própria revolução, tentam organizar a dos outros.

Ainda dentro do contexto do monopólio das ideias, houve qualquer coisa que me chamou a atenção no nº 6 dos Cadernos. A intervenção do Manuel Ribeiro é digna de dó. Ele disse que achava que não havia interesse em rebater as ideias do Júlio Henriques. E que os radicais intelectuais (ele não é) só promovem o obscurantismo. E dá uma achega que caracteriza a sua pobreza mental: "Eu, contrariamente a ele (Júlio Henriques), não lamento nada que não haja operários na sala - é mesmo para mim motivo de grande satisfação". Ele justifica a sua opinião dizendo que: "Pois eles (os operários) assim não são influenciados pelas babosciras que aqui se dizem". Pobres operários que ainda não descobriram a ideologia clarividente Manuel Ribeiro. Para este não burguês radical o melhor processo não é o obscurantismo, mas a troca de experiências!!!

Talvez no fim de contas ele tenha medo de que as suas ideias estejam a perder clientela. Quando um comerciante está em vias de falência, tem que dizer que o seu produto é que é bom. Não há dúvida que é para estar contente. Aliás, felizmente o comércio das ideias já quase não arranja clientela. Está todo a falir, mesmo que os comerciantes mudem ou tentem arranjar novos métodos de venda. (...)

(...) Penso que os Cadernos pecam por monotonia. Mais vale saírem menos num ano, do que trazer artigos sem interesse. As intervenções das "personalidades" já deram o que tinham a dar. Agora só se repetem. Aliás, isso já acontecia antes. Ninguém se interessa por isso. Continuar assim, os Cadernos não passarão da "Scara Vermelha (ou Nova)" onde em vez da ideologia da redacção está a ideologia das "personalidades". Eu penso que se deve "dêpasser" o actual nível dos Cadernos. Mais vale uma série de arti

gos de fundo e bem documentados do que as posições duma série de vedetas da política.

Um abraço.

José Brazão Henriques

AGENDA C.I.P.

O HÁBITO NÃO FAZ O MONGE

RESPOSTA A "COMBATE OPERÁRIO"

O artigo publicado no nº5 de C.O. (Combate Operário-suplemento de Rouge nº239 - 10, Impasse Guémónée, Paris 4) acerca da actividade e perspectivas do C.I.P. - que só não reproduzimos integralmente por falta de espaço - merece-nos algumas considerações. Vejamos, desde já, como o C.O. coloca a questão.

"(...) A questão é de como é possível que um comunista (e assim se do claram os membros do CIP) milita numa fábrica ou num sindicato sem ter uma análise da situação político-social francesa, dos partidos operários, dos sindicatos e das suas direcções, sem cair no mais grosseiro dos empirismos?"

Se o CIP quer ser um grupo comunista e internacionalista, das duas uma: ou está de acordo com alguma das correntes do movimento operário francês e então diga-o, fusione com esta corrente e, caso intervenha na emigração, faça-o a partir das posições do conjunto dessa corrente, ou, segundo a hipótese, o CIP discorda de todas as tendências do movimento operário francês e então declare-o ainda mais alto e dê a sua alternativa global (nacional e internacional), não vá o proletariado ficar desarmado".

Mas isto, camaradas, não é mais do que um silogismo! Premissas, aliás escolhidas ao gré da oportunidade, e à guisa de conclusão uma tirada dum simplismo por demais evidente face à complexidade que caracteriza a actual situação política.

Por nossa parte, não só estamos conscientes que não damos qualquer alternativa global à actual situação, como não nos propomos tal tarefa. É ainda mais: discordamos dos grupos e partidos que, tomando os seus desajustes pela realidade, actuam como se uma real alternativa para a actual situação pudesse ser obra de um super-grupo ou de um cérebro iluminado. Bem entendido, neste caso, do cérebro ou do grupo das pessoas que assim pensam.

E o Combate Operário? Que propõem de global como alternativa? Vejamos o que é dito: "(...) Com efeito desde o editorial do nº1 do C.O. declaramos explicitamente a nossa adesão à IV Internacional, e era mesmo desta adesão que tiravamos a nossa originalidade: ao mesmo tempo pertencendo a uma corrente revolucionária do movimento operário francês, rompendo com a marginalidade em relação à luta de classes em França (atitude corrente dos grupos exilados portugueses), sem demissionar das tarefas revolucionárias em relação a Portugal".

Ora, aqui, francamente, não vemos alternativa nenhuma, nem tão pouco originalidade. Pensar-se que o hábito faz o monge não é de hoje, e transformar a organização num féticho, num fim em si, também não. Porque, como o C.O. nada nos diz das razões políticas "globais" que os levaram a

integrar-se na IV Internacional e na Liga Comunista, ficamos apenas informados de que para o C.O. basta para romper com a marginalidade em relação à luta de classes a integração num aparelho partidário.

E mesmo quando o C.O. diz que apesar da Liga Comunista ter sido dissolvida o combate não acabou, limita-se a indicar-nos a sua completa adesão às análises e posições do jornal Rouge, o que, independentemente das divergências de fundo que possam existir em relação às tomadas de posição desse jornal, nos parece uma bem parca indicação como "alternativa global (nacional e internacional)" da problemática em questão.

Porquê o jornal Rouge e não outro qualquer, das centenas de jornais que se pretendem marxistas, revolucionários, leninistas, trotskistas, internacionalistas e não sei que mais, e que se afirmam todos representantes da única linha política capaz de levar o proletariado até à vitória final?

Por nossa parte, repetimos, o fundamental não é a criação imediata do partido ou seu substituto, mas uma participação activa procurando inserir-nos na dinâmica da sociedade em que vivemos (e não na de 1917 na Rússia ou algures), através duma prática política baseada na prioridade do debate teórico, como meio para a promoção dum real encontro ideológico que permita ao mesmo tempo a materialização dum esquema organizativo capaz de servir, não de camuflagem ou de pretexto de auto-satisfação dos seus aderentes, mas como catalisador do processo histórico.

Manuel Carvalho

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- Alemanha lugar de trabalho, nº2 / - A.R.T.: "Comunicado aos portugueses emigrados na Holanda", "Democratas e populares? E... os 4000 florins desviados?", "Descoberta a vigarice", "Esclarecimento da A.R.T. a propósito das provocações de que é alvo", Novo Rumo, nº14-1973 e nº1,2,3 e 4-1974, Novo Rumo, de a.5.1974 (nº especial), "O porquê dos conflitos na A.R.T.", "Por uma associação democrática e independente - lista candidata às eleições da A.R.T.-Março 1974", "Posição da A.R.T. em relação à situação em Portugal após o golpe de Estado de 25 de Abril", "Resumo da brochura "O porquê dos conflitos na A.R.T." / - Comércio do Funchal nº 2245 a 2253 / - Comité contre le colonialisme et l'apartheid - Un crime contre l'humanité - Question et réponses concernant l'apartheid en Afrique du Sud / - Comunicados do C.C.C.A. / - Fronteira nº 6 / - Kommunistische Volkszeitung / - Metal nº 4 e 5 / - Metall nº 10 / - Negritude e revolução, livro de Fernando Neves / - O Salto nº 24 / - Politique-Hebdo nº 120 / - Portugal Democrático nº 164 / - P.R.P.: Comunicados nº 8 e 9 das Brigadas Revolucionárias, Organizemos um 1º de Maio de combate / - Revolução Portuguesa nº 1, / - Révolution Internationale nº 8 e 9 / - União, Cultura e Trabalho nº 1 / - Unidade nº 4.

CONTAS DO C.I.P. (Março, Abril e Maio)

<u>Receita</u>		<u>Despesa</u>	
Saldo.....	2,67	Papel e tinta de duplicador.....	288,00
Cótizações.....	40,00		
Pagamentos de cad..	22,70	Saldo.....	32,37
Vendas nas livrarias (Cadernos nº6)..	255,00		
	<u>320,37</u>		<u>320,37</u>

« No plano da necessidade de actuação imediata das pessoas ou grupos que se propõem lutar pelo comunismo, uma pergunta: - Que é mais urgente, hoje: a ideologia, a teoria, ou o programa partidário; a demarcação, o debate, a divisão, ou a união, a ausência de debate; a política ou a organização? Tudo é necessário. Do que se trata é de saber que é mais importante e urgente, qual o ponto fundamental que influenciará de forma decisiva todos os outros.

O revisionismo, a adulteração do marxismo e das suas ideias-base, o esvaziamento do marxismo de tudo o que ele tem de revolucionário, criou uma situação actual em que quase se poderia dizer é necessário começar de novo.

O comunismo oficial deixou de ser reconhecido. Quer dizer que até aqui se, em virtude de uma teoria e de uma prática revolucionárias anteriores, existiam organizações comunistas que se impunham e eram reconhecidas, quase sem contestação, como tais, sendo suficiente para se saber quem era revolucionário e marxista o que elas consideravam ou não como tal, hoje, perdido este monopólio do comunismo oficial, de novo, como nos bons tempos, um único critério resta para a determinação do que é revolucionário e marxista: a prática.

A inevitabilidade histórica conduzirá ao aparecimento de novas organizações revolucionárias cuja implantação e cujo peso político substituirão o dos partidos tradicionais. Isso será o resultado da prática geral das pessoas e dos grupos que actualmente ensaiam as suas ideias e as suas práticas. É destes pequenos e parcelares gérmens que surgirá o novo partido. Não de um super-gérmens que já contenha hoje em si toda a verdade. Porque também a verdade é uma coisa que se procura e não se possui de um golpe. E porque é um resultado de uma prática geral e colectiva e não obra de um super-génio, seja pessoa ou grupo.»

Março 1971 (Extracto da Plataforma que originou o C.I.P.)